

# **Análise do Discurso**

**Conceição Nogueira**

1

---

<sup>1</sup> Nogueira, C. (2001) A análise do discurso. Em L. Almeida e E. Fernandes (Edts), *Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação*. Braga: CEEP

## ÍNDICE

### **Introdução**

### **Influências teóricas**

*O pós-modernismo*

*A crítica ideológica - Teoria Crítica*

*A crítica social*

*O estruturalismo e o pós-estruturalismo*

### **O que é a análise do discurso ?**

*Que tipo de conhecimento a Análise do Discurso produz?*

*A “linguagem” na Análise do Discurso*

*Definição e diferentes concepções de Análise do Discurso*

**Como conduzir uma pesquisa de análise do discurso?**

*Como fazer Análise do Discurso? Um exemplo de investigação  
ilustrativo*

### **Referências**

## Introdução

O conceito de Discurso, assim como a Análise do Discurso têm tido um papel crescente nas ciências sociais contemporâneas (Howarth, 2000). Este crescimento faz-se sentir quer através do aumento de número de estudos que utilizam os seus conceitos e métodos, quer através da extensão do seu desenvolvimento. Investigadores de disciplinas tão diversas como a antropologia, a sociologia, a história, a psicologia e especificamente a psicanálise, a temática dos estudos de género, a teoria política ou a teoria literária entre outras, têm usado o conceito de Discurso, e a Análise do Discurso para definir e interpretar problemas nos seus domínios respectivos.

Apesar das razões para este desenvolvimento serem complexas, podem-se enumerar essencialmente dois factores relacionados. Por um lado, a insatisfação com as abordagens positivistas e tradicionais nas ciências sociais e consequentemente a fraqueza crescente da sua influência hegemónica. Por outro, é também um produto da “viragem linguística” nas ciências sociais, e ainda consequência do crescente interesse por perspectivas teóricas críticas tais como a Teoria Crítica, o pós-estruturalismo, a crítica social e o pós-modernismo.

No entanto, apesar de todo este crescimento e desenvolvimento não existe uma configuração ou explicação geral sobre a forma como as teorias e os métodos da Análise do Discurso podem ser aplicadas. Nas ciências sociais o “Discurso acerca do Discurso” tem mudado muito rapidamente. À medida que o conceito de Discurso foi invadindo as ciências sociais foi adquirindo cada vez maior sofisticação técnica e teórica, ao mesmo tempo que trazia significados e conotações adicionais. Por exemplo, enquanto para alguns a Análise do Discurso diz respeito a uma forma relativamente restrita e “estreita” que se concentra na análise de frases ou conversas entre duas pessoas (análise conversacional) outros vêem o Discurso como sinónimo de todo o sistema social, no qual os Discursos constituem literalmente o mundo social e político como é o caso da Psicologia Discursiva/repertórios interpretativos, e da Análise Crítica do Discurso (Taylor, 2001).

Esta “viragem para a linguagem” ou para o Discurso, como também tem sido designada (Wood & Kroger, 2000), tem tido um efeito interessante no quebrar de barreiras disciplinares entre os vários domínios das ciências sociais, já que muita pesquisa de Análise do Discurso é realizada quer na sociologia, psicologia, comunicação, estudos literários, políticos, etc. No entanto, é importante referir desde já que a Análise do Discurso não é apenas método(s). É também uma perspectiva sobre a natureza da linguagem e da sua relação com questões centrais das ciências sociais. Mais especificamente, a Análise do Discurso representa um conjunto relacionado de abordagens ao Discurso, abordagens que acarretam não só práticas de recolha de dados e de análise, mas também um conjunto de assunções metateóricas e teóricas. Por exemplo, a recolha dos dados e a análise são uma parte vital da Análise do Discurso, mas, por si só, não constituem a sua globalidade. Assim, a Análise do Discurso não é simplesmente uma alternativa às metodologias convencionais: é essencialmente uma alternativa às perspectivas nas quais essas metodologias estão imbuídas (Taylor, 2001).

Esta questão é crucial porque existe ainda muito cepticismo relativo ao estatuto epistemológico e à capacidade e validade da teoria do Discurso nas ciências sociais. Por esta razão neste capítulo pretende-se apresentar as influências teóricas desta nova abordagem (Parte I), uma clarificação desta teoria/método, através da apresentação das suas bases epistemológicas, da sua concepção de linguagem, das suas diferentes definições e conseqüentes concepções (Parte II), algumas considerações relativas á forma de conduzir uma pesquisa de Análise do Discurso (Parte III) e, finalmente, algumas das suas conseqüências práticas e ético/políticas (Conclusão).

Como referiremos vários vezes ao longo do capítulo, não é possível apresentar a Análise do Discurso como uma simples metodologia, já que esta implica igualmente um posicionamento teórico cujos pressupostos epistemológicos são alternativos à epistemologia positivista convencional, ainda dominante na psicologia. Qualquer tentativa de pesquisa de Análise do Discurso implica necessariamente uma compreensão clara de todos estes pressupostos epistemológicos pois o seu desconhecimento ou incompreensão, aliados a uma

simples aplicação de regras e técnicas em abstracto, resultaria num trabalho impossível de qualificar. Concluindo, como os métodos não têm significado sem a teoria, justifica-se assim a ênfase que se fará neste capítulo às origens teóricas influenciadoras da Análise do Discurso e ao seu posicionamento epistemológico, para melhor se compreender as bases das diferentes teorias/concepções que este domínio comporta, e, deste modo, evitar um uso pouco reflexivo de métodos.

## **Influências teóricas**

### ***O pós-modernismo***

O pós-modernismo, como um movimento intelectual, tem o centro de gravidade não nas ciências sociais mas na arte, na arquitectura, na literatura e nos estudos sobre a cultura (Kvale, 1992; Marshall, 1994; Rosenau, 1992; Smart, 1993). O pós-modernismo tomou conta e aparece frequentemente nas ciências sociais de hoje. As mudanças que coloca parecem não ter fim, rejeita suposições epistemológicas, refuta convenções metodológicas, resiste às pretensões do conhecimento, obscurece todas as formas de verdade (Rosenau, 1992). Tem versões mais radicais e outras mais moderadas, mas quer umas quer outras, representam um grande desafio para o conhecimento estabelecido no século XX. Numa perspectiva pós-modernista as ciências sociais tornaram-se mais subjectivas, onde o relativismo é preferível à objectividade, a fragmentação à totalização.

O livro de Jean-François Lyotard *A Condição Pós-moderna* (1989) é um referencial importante para todo o debate sobre o pós-modernismo. Para Lyotard (1989) o pós-modernismo substancia uma condição geral da civilização ocidental contemporânea, onde as “grandes narrativas da legitimação” já não são possíveis. Para este autor, a palavra pós-modernismo “designa o estado da cultura após as transformações que afectaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do século XIX” (p.11). Ele situa estas transformações relativamente ao que ele designa por crise das narrativas. De uma forma geral, pode-se dizer que

o pós-moderno representa a incredibilidade relativamente às meta-narrativas, incredibilidade esta que produz uma crise na filosofia metafísica.

Como o domínio social é heterogêneo e não totalizável, a legitimação quer epistemológica quer política não pode residir nas meta-narrativas filosóficas. Implica necessariamente muitos discursos de legitimação dispersos entre a pluralidade das práticas discursivas. O pós-modernismo ao rejeitar a ideia de que o mundo possa ser compreendido em termos de grandes teorias ou metanarrativas (Lyotard, 1989), rejeita a noção de que a mudança social se baseia na descoberta e consequente alteração das estruturas subjacentes da vida social através da aplicação de uma grande teoria ou meta-narrativa.

Os pós-modernistas descrevem os ideais modernos de ciência, justiça e arte como sendo ideais que carregam consigo questões especificamente políticas e incapazes de se legitimarem como universais (Gergen, 1985). As teorias da filosofia moderna estão sob a alçada da concepção moderna da razão transcendental, uma razão capaz de separar-se do corpo, do tempo histórico e do espaço (Nicholson, 1990), uma aliança à norma da objectividade. Embora esta norma possa variar no interior da academia, uma interpretação popular é a de que a pesquisa é imune às influências não académicas, à política e aos valores (Gergen 1985; Nicholson, 1990). Do mesmo modo, a filosofia moderna foi marcada não apenas pelo seu modo universalizante, mas também pela sua forte crença na independência da adequação dos seus pressupostos relativamente ao contexto histórico da sua génese (Collin, 1991; Rose, 1990).

Os pós-modernistas obrigam-nos a reconhecer as ideias da modernidade no ocidente como imanentes a um tempo histórico específico e uma região geográfica, associados a bagagens políticas. Nestas bagagens políticas podemos encontrar as noções de supremacia do ocidente, a legitimidade da ciência (para nos condicionar na forma de usar e pensar os nossos corpos, por exemplo), assim como a distinção entre a arte e a cultura de massas (Flax, 1990; Haraway, 1990).

Os discursos pós-modernos são todos desconstrutivos, já que procuram distanciar-nos de e tornar-nos cépticos acerca das crenças relativas à verdade, ao conhecimento, ao poder, ao *self* e à linguagem que é utilizada e serve para a

legitimização da cultura ocidental contemporânea (Flax, 1990). Argumentam que a modernidade já não é mais uma força para a libertação e sim uma fonte de subjugação, opressão e repressão (Bordo, 1990; 1992; Rosenau, 1992). Questionam as grandes crenças ainda prevalentes nas culturas ocidentais derivadas do Iluminismo (Flax, 1990) tais como: (I) a existência de um *self* estável e coerente; (II) a Razão permitir um conhecimento objectivo, de confiança e de fundamentação universal; (III) o conhecimento adquirido pela utilização correcta da Razão ser verdadeiro, isto é, representar algo real e não mutável (universal) acerca da mente e da estrutura do mundo natural; (IV) a possibilidade de o conhecimento poder ser, quer neutro (estabelecido na base da Razão universal e não em interesses particulares), quer socialmente benéfico; (V) a ciência como exemplo do correcto uso da Razão, sendo o paradigma para todo o conhecimento “verdadeiro”. A ciência como neutra nos seus métodos e conteúdos mas socialmente benéfica nos seus resultados. A possibilidade do seu processo de descoberta poder utilizar as leis da Natureza para os benefícios da sociedade. A ideia de que para a ciência evoluir, os cientistas têm de ser livres para servir as regras da Razão em vez de favorecerem interesses exteriores ao Discurso racional; e (VI) a linguagem ser, em certo sentido, transparente; a ideia de que os objectos não são linguisticamente ou socialmente construídos e que se tornam presentes na consciência através do uso correcto da linguagem.

Assim, quer caracterizemos a idade contemporânea como moderna ou pós-moderna, a maioria das pessoas parece estar já preparada para admitir ou defender a ideia de que são poucos os aspectos da condição humana que são básicos no sentido ontológico ou transhistórico. Os pós-modernistas tornaram o convencional em arbitrário e promoveram a teoria e a política da descrença face à linguagem dos direitos, à racionalidade, aos interesses e à autonomia como características do *self* humanista que legitimava a vida social moderna (Di Stefano, 1990). Com o pós-modernismo caíram “os mitos da verdade e da uniformidade (Villegas, 1992, p.6).

Sintetizando, o pós-modernismo representa o questionar e a rejeição dos pressupostos fundamentais do modernismo, o movimento intelectual que o precedeu, tendo incorporado muitas das ideias intelectuais e artísticas que tinham surgido de forma desconexada desde o tempo do Iluminismo (Burr, 1995). Rejeita as ideias de verdade última, de estruturalismo (a ideia de que o mundo como o vemos é o resultado de estruturas escondidas), de que o mundo possa ser compreendido em termos de grandes teorias ou metanarrativas (Lyotard, 1989) e ao mesmo tempo enfatiza a coexistência de uma multiplicidade e variedade de formas de vida dependentes das situações (muitas vezes referindo-se a pluralismo) (Smart, 1993). Rejeita também a noção de que, através da aplicação de uma grande teoria ou metanarrativa, a mudança social dependa da descoberta, e posterior alteração, das estruturas subjacentes da vida social. A própria palavra “descobrir” pressupõe uma realidade estável e existente que pode ser revelada através da observação e da análise (Burr, 1995).

### *A crítica ideológica - Teoria Crítica*

Os filósofos tradicionais fazem uma distinção lógica entre questões empíricas (científicas) e normativas (valores), sugerindo que enquanto as primeiras podem ser construídas e validadas de forma científica, tal não acontece com as últimas (Morrow, 1994). Durante grande parte do século, tanto cientistas como filósofos empiricistas procuraram manter as ciências fora do debate moral. A tarefa das ciências seria fornecer apenas descrições objectivamente correctas para os problemas em estudo. Quando as descrições teóricas e as explicações estão imbuídas de valores é-lhes retirada confiança, presumindo-se que distorcem a verdade tornando-se prejudiciais, porque acientíficas (Riger, 1992).

De uma forma geral, a crítica ideológica pretende “pôr a descoberto” os enviesamentos valorativos subjacentes às reivindicações de verdade e razão. Na medida em que tais reivindicações são apresentadas como representando os interesses de uma classe, de pessoas ou de grupos, elas são desqualificadas. De facto, as linguagens e práticas das ciências sociais afectam necessariamente a



sociedade para o bem ou para o mal de acordo com as posições éticas e políticas que assumem.

Uma vez que o posicionamento da Teoria Crítica assume a ideia da manutenção dos valores, pareceu-nos pertinente falar aqui desta perspectiva visto que ela apresenta um conjunto de críticas à ciência moderna, que se assemelham às apresentadas pelos pós-modernistas, embora assumam posições distintas relativamente às mudanças a levar a cabo. Conforme refere Morrow (1994), as ciências sociais tiveram um papel central na formação das sociedades modernas, liberais e democráticas, e o que hoje é descrito como condição contemporânea pós-moderna, critica e questiona as reivindicações que originalmente inspiraram o projecto Iluminista da ciência social. Este autor, no seu livro *Critical Theory and Methodology*, preocupa-se em apresentar aquilo que ele considera uma perspectiva reconstrutiva científica social, por pensar ser uma das mais poderosas respostas à crise cultural e sócioeconómica em que nos encontramos. Ele apresenta a teoria crítica como uma alternativa ao fracasso da ciência moderna.

A Teoria Crítica teve a sua origem no trabalho de um grupo alemão frequentemente designado por Escola de Frankfurt, que, por volta dos anos 20, assim designavam a abordagem específica para interpretar a teoria marxista. Os primeiros teóricos foram Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Numa segunda fase por volta dos anos 30, os teóricos críticos abandonaram uma posição política especificamente marxista, apesar da sua contínua oposição aos efeitos destrutivos do capitalismo. Numa terceira fase, sob a liderança de Habermas por volta dos anos 60, deu-se uma revisão e revitalização radical, continuando a assumir grande relevância enquanto crítica às formas emergentes do capitalismo avançado.

O termo “Teoria Crítica” era utilizado pelos diferentes autores para identificar uma abordagem contrastante, quer das formas de “teoria tradicional” que pretendiam emular o objectivismo naturalístico das ciências naturais, quer de uma abordagem metodológica positivista. Pelo contrário, a Teoria Crítica sugere a necessidade de uma ciência social alternativa, que tenha em atenção a natureza da sociedade como uma totalidade histórica, e não um agregado de determinantes mecânicos ou funções abstractas. Esta abordagem não poderia ser livre de “valor”

do ponto de vista da contemplação da realidade social, mas, pelo contrário, devia estar ligada ao processo da sua transformação.

Assume-se actualmente que não existe uma única teoria crítica e que muitos autores em diferentes disciplinas podem assumir-se como teóricos críticos (Morrow, 1994). Pode-se no entanto, referir algumas características que unem essas diferentes perspectivas. Assim, segundo Azevedo (1995) as características comuns são: (I) a crítica radical às noções tradicionais de ciência e prática científica, essencialmente ao positivismo e às suas aplicações nas ciências sociais, nomeadamente a ideia de objectividade científica e de neutralidade. Do mesmo modo, a ideia de medida e de variáveis pressupõe que a sociedade humana pode ser analisada em termos de factos objectivos e leis, ignorando que muitas vezes o que é tomado como sendo um facto empírico, pode não ser mais que “uma construção social baseada em influências históricas, culturais e políticas” (Azevedo, 1995, p.30). Um dos objectivos das teorias críticas é tentar demonstrar que aquilo que surge como “natural e “eterno” são apenas meras produções sociais. Criticam também a não reflexividade característica da ciência tradicional. Estas perspectivas focalizam a sua atenção não só no modo como as pessoas constróem as suas realidades mas também como os cientistas provocam ou fazem “nascer” as suas “realidades” científicas (não se pode por isso separar observador de observado); (II) a crítica às instituições sociais existentes; (III) a proposta de algumas linhas de acção para a libertação social e individual. Os teóricos Críticos usam a teoria para dissimular o mundo social, para explicar as fontes de constrangimentos humanos e apontam possibilidades de libertação (Azevedo, 1995; Osmond, 1987).

Os teóricos críticos referem que os interesses dominantes, quer políticos quer sociais, modelam o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, sendo discutível a sua “autonomia” e a sua neutralidade (Morrow, 1994). A promessa de uma abordagem crítica, em qualquer disciplina científica será sempre baseada na reflexividade e no constante auto-questionamento (Azevedo, 1995), devendo assumir-se questões normativas, isto é de valores (Morrow, 1994).

### *A crítica social*

No entanto, a força das críticas ideológicas (provenientes essencialmente da Teoria Crítica), à racionalidade e à objectividade é aumentada por um terceiro movimento, a crítica social, de importância capital para a emergência do Discurso e da Análise do Discurso em particular. Para este movimento crítico social é fundamental ter em consideração os trabalhos de Michel Foucault (1972; 1979) sobre as relações entre poder e saber.

O conhecimento do senso comum acerca da relação entre saber e poder assume que o saber faz aumentar o poder de qualquer pessoa (Burr, 1995). No entanto, Foucault apresenta uma versão distinta. O que designa por “conhecimento” refere-se simplesmente à construção particular ou à versão de um fenómeno que recebeu a etiqueta de “verdade” na nossa sociedade (Gergen, 1982). Mesmo dentro do Discurso da ciência, o que se pode encarar como verdade mudou de forma marcante em pouco espaço de tempo e tais mudanças não podem simplesmente ser vistas como resultado do progresso da própria ciência. Para Foucault (1972), o saber (a visão particular do senso comum acerca do mundo, prevalecente numa cultura, num dado momento) está intimamente associado com poder. Cada versão de um acontecimento acarreta consigo o potencial para uma prática social e para a marginalização de formas alternativas de funcionamento. Desta forma, o poder para agir de determinada maneira, reclamar recursos, controlar ou ser controlado depende dos “saberes” prevalecentes na sociedade.

Foucault (1979) vê o poder não como uma posse de alguns, mas sim como um efeito do Discurso. Definir o mundo ou uma pessoa de determinada maneira, poder-se comportar face a ela de determinada forma, é exercer poder. Porque se define ou representa algo de uma maneira particular produz-se um “saber” particular que traz consigo poder. Como existem sempre Discursos à volta de um acontecimento, cada um oferecendo uma visão alternativa, cada um trazendo com ele diferentes possibilidades de comportamento, a consequência é que o Discurso dominante ou prevalecente está constantemente sujeito a contestação e resistência. Para Foucault, o poder e a resistência são dois lados da mesma moeda. O poder implícito num Discurso é apenas manifesto devido à resistência de outro.

Foucault rejeita a ideia de poder associado essencialmente à força repressiva, vendo-o mais na sua forma (mais eficaz) produtiva, “quando produz” saber. Ele acredita que, nas últimas centenas de anos, se tem vindo a observar a emergência de uma série de práticas culturais e institucionais que têm como produto “o indivíduo” que temos hoje. Mudanças na natureza da sociedade, trouxeram consigo práticas sociais que permitiram a emergência de certos Discursos (ou saberes). Esses Discursos “produziram” o indivíduo da sociedade ocidental contemporânea: uma pessoa que sente que tem necessidades, motivações, traços e características e cuja livre escolha é monitorizada pela consciência. Esses saberes são muito poderosos, já que controlam eficazmente (porque sem recurso à força) a sociedade e os seus membros, através do que Foucault designa por “poder disciplinar” (1979).

Institui-se, assim, a prática da vigilância que segundo Foucault pode ser ilustrada pela invenção de Bentham do Panopticon no século XIX<sup>2</sup>. Esta prática de vigilância foi internalizada por todos os vigiados (todos os membros da sociedade), provocando a auto-monitorização e o auto-controlo, em função dos cânones da normalidade. Hoje designamos auto-disciplina a esta prática.

Esta questão do poder disciplinar é uma questão importante, já que torna duvidosa a posição da própria psicologia, sendo muito frequentemente utilizado o termo *psy-complex* para caracterizar esta ligação do poder-conhecimento com a psicologia (Rose, 1990). A prática da psicologia surge, não como um projecto libertador (o conhecimento descoberto acerca dos seres humanos é usado para aumentar e melhorar as suas vidas), mas mais como uma peça na engrenagem da máquina do controlo social. A prática da vigilância requer informação acerca das pessoas para ser usada com o fim de estabelecer normas de “saúde” ou de comportamento “moralmente aceitável”, normas face às quais as pessoas são avaliadas ou se avaliam a si próprias. A história da psicologia está recheada de tais produtos: testes de inteligência, inventários de personalidade, testes de masculinidade, feminilidade e androginia, testes de desenvolvimento para

---

<sup>2</sup> Esta invenção que nunca chegou a ser posta em prática, consistia na ideia das celas prisionais serem dispostas à volta de uma torre de vigia, onde um supervisor podia manter vigilância, sem esta ser notada pelos prisioneiros. Esta disposição permitiria que os próprios reclusos monitorizassem o seu próprio comportamento já que nunca sabiam quando estavam a ser vigiados.

crianças, medidas de atitudes e crenças, etc. Toda esta informação acerca das pessoas acaba por as controlar, sob a capa de servir os seus interesses, porque ao apresentar-se com designação de “ciência”, confere autoridade a tais saberes (Rose, 1990).

A ligação saber e poder constitui parte importante da crítica social à ciência tradicional. O poder conceptualizado desta maneira não é uma propriedade de uma pessoa ou grupo, é algo que qualquer pessoa pode exercer através do Discurso. Esta posição é completamente distinta daquela que assume que o poder está nas mãos de pessoas ou grupos poderosos, ou mesmo do Marxismo que pensa no poder em termos de uma sociedade capitalista de opressão de classes. Quando se fazem amplas generalizações deste tipo não se dá conta das variadas e distintas lutas de poder “locais” entre e de pessoas, face aos “Discursos totalizadores”. Uma das implicações disto, é que algum poder está disponível para ser exercitado por cada pessoa, e pode ser usado na mudança social assim como na mudança pessoal. Esta perspectiva permite às pessoas a possibilidade de mudar através da resistência.

Estas ideias sobre o poder constituem ponto fulcral de alguns posicionamentos na Análise do Discurso, mais especificamente da abordagem da Análise Crítica do Discurso, da qual se falará no ponto seguinte.

### ***O estruturalismo e o pós-estruturalismo***

O centro de gravidade quer do estruturalismo quer do pós-estruturalismo situa-se nas humanidades e na linguística. No entanto, têm muito a oferecer a uma compreensão construcionista social da linguagem e do seu papel na vida social e psicológica, e deste modo, ajudam a compreender a concepção de linguagem subjacente ( de uma forma geral) a todas as concepções de Análise do Discurso.

Existem dois pontos onde estruturalistas e pós-estruturalistas estão de acordo:

1. Ambos vêm a linguagem como o início ou a origem da construção da pessoa, apesar de esta não ser conseguida pelos indivíduos por si só. A linguagem é fundamentalmente um fenómeno social, é algo que ocorre entre

peças quando estão a ter uma conversa, escrever uma carta ou um livro. É nestas trocas entre pessoas que se faz a construção de pessoa;

2. Ambas as abordagens assumem-se como anti-humanistas. O humanismo refere-se a um conjunto de suposições acerca dos seres humanos que são centrais a muita da filosofia ocidental. Em particular refere-se à ideia que a pessoa é um agente único, coerente e racional, que é autor da sua experiência e do seu significado. O humanismo é essencialista, porque assume que existem essências nos indivíduos que são únicas, coerentes e não modificáveis, e que a experiência individual e o significado que carrega consigo é originado dentro da pessoa na sua natureza essencial. Natureza essencial pode referir-se a traços de personalidade, atitudes, masculinidade etc. Nesta perspectiva, a experiência das pessoas, os seus pensamentos, os seus sentimentos e comportamentos, o sentido que dão aos acontecimentos sociais, tudo isto surge do facto, por exemplo, de serem extrovertidos ou introvertidos, de terem atitudes de preconceito ou do seu grau de masculinidade. O anti-humanismo rejeita a ideia de um *self* coerente e unificado. Se o *self* é um produto da linguagem e das interações sociais, então o *self* estará constantemente em fluxo, dependendo de com quem a pessoa está, em que circunstâncias, e com que objectivos (Flax, 1990). A força construtiva da linguagem na interacção social dá origem a uma identidade fragmentada, temporária e mutável. Se a linguagem é realmente o lugar onde as identidades são construídas, mantidas e mudadas, então isto também quer dizer que a linguagem é o foco da mudança, quer social quer pessoal.

Através da insistência na linguagem como fonte para o significado da experiência, estruturalistas e pós-estruturalistas deslocaram o centro de atenção, da pessoa individual para a esfera social. Isto quer dizer que se se procuram explicações para o mundo social (seja em termos do que o indivíduo pensa ou sente ou em termos de grupos, classes ou sociedades) deve-se olhar, não para “dentro” dos indivíduos, mas para o espaço linguístico que eles partilham com as outras pessoas.

O ponto de partida do estruturalismo para o pós-estruturalismo é a ideia de que o significado não é fixo. O argumento de que os significados associados à linguagem nunca são fixos, mas abertos a questionamento, contestáveis, e temporários, é fundamental para o pós-estruturalismo e tem grandes implicações para a compreensão de pessoa, de identidade e das possibilidades de mudança social e pessoal. Palavras, frases, poemas, livros, anedotas, etc, podem mudar o seu significado ao longo do tempo, de contexto para contexto, e de pessoa para pessoa. O significado é sempre contestável; isto quer dizer que em vez da linguagem ser um sistema de sinais com significados fixos com os quais todas as pessoas concordam, é um lugar de variabilidade, desacordo e potencial conflito. E quando se fala de conflito, está-se a lidar inevitavelmente com relações de poder. Assim, na visão pós-estruturalista da linguagem, o falar, escrever e os encontros sociais são locais de lutas e conflitos, onde as relações de poder se manifestam e se contestam (Burr, 1995).

A teoria pós-estruturalista vê na linguagem o local onde as identidades podem ser desafiadas ou mudadas. Se a experiência pessoal tem apenas sentido e se estrutura através da linguagem, e se esses significados não são fixos mas em constante mudança, procura ou luta, então a experiência pessoal está potencialmente aberta a uma infinidade de possíveis significados ou construções. O que significa ser mulher, ser criança ou ser negro pode ser transformado, reconstruído; para os pós-estruturalistas a linguagem é a chave para essas transformações.

Resumindo, em vez de se assumir a linguagem e o pensamento como fenómenos separados que se podem afectar mutuamente, sugere-se que são inseparáveis e que a linguagem permite a base para todo o pensamento, oferece um sistema de categorias para se dividir a experiência e lhe dar significado; os “*selves*” tornam-se produto da linguagem. A linguagem produz e constrói a experiência pessoal; não é o simples efeito de reflexo no “espelho”, ideia subjacente à tradicional filosofia humanista ocidental.

## **O que é a análise do discurso ?**

Para melhor se compreender a complexidade desta abordagem teórico/metodológica importa referir em primeiro lugar, os seus pressupostos epistemológicos, a sua concepção de “linguagem”, e finalmente as suas diferentes definições e concepções.

### ***Que tipo de conhecimento a Análise do Discurso produz?***

Neste ponto é importante referir (ainda que resumidamente) as diferenças entre as concepções positivistas e as concepções alternativas críticas, nas quais se inserem as diferentes concepções de Análise do Discurso. No positivismo, através dos métodos adequados (que são bem conhecidos e estabelecidos) os pesquisadores podem obter conhecimento do mundo e do seu funcionamento, particularmente as relações causais que se estabelecem. O facto de se identificar estas relações permite ao pesquisador aplicar a pesquisa a problemas reais, fazendo previsões e possivelmente intervenções. O conhecimento obtido através deste tipo de pesquisa é considerado generalizável a outros contextos, porque se considera livre de valor e objectivo, não sendo afectado por qualquer enviesamento pessoal ou perspectiva acerca do mundo dos próprios pesquisadores. A pesquisa com qualidade produz, assim, informação neutra que contribui para um processo cumulativo que aspira atingir verdades universais (Morrow, 1994).

Apesar da verdade total poder ser dificilmente atingida, os sucessivos pesquisadores tentam aproximar-se de forma sucessiva, testando hipóteses, tomando uma abordagem “falibilística” onde os resultados anteriores são tratados como provisórios e abertos a novos testes ou testagem. Idealmente cada pesquisador deve publicar os seus resultados de forma a serem escrutinizados e rigorosamente avaliados em termos de validade, fidelidade e replicabilidade.

Um tradição epistemológica contrastante à anteriormente apresentada está mais próxima da Análise do Discurso (Burr, 1995; Parker, 1992; Potter & Wetherell, 1997; Taylor, 2001; Willig, 1999). Nesta tradição, os pesquisadores não pretendem nem proclamam a “descoberta” da verdade acerca da realidade,



mas oferecem apenas uma interpretação ou versão que é inevitavelmente parcial. Este posicionamento não representa apenas a existência de menor ambição; pelo contrário, são considerações epistemológicas básicas, que estão aqui em causa.

A primeira dessas considerações é que a complexidade, assim como a natureza dinâmica do mundo social, implica que os pesquisadores não podem fazer predições. Existem tantos factores implicados nas situações, que as relações estabelecidas no passado não são necessariamente aquelas que poderão acontecer no futuro (seja ele mais ou menos próximo). Como resultado desta premissa, os objectivos dos pesquisadores são essencialmente investigar significados mais do que predizer ou controlar (Burr, 1995).

A segunda premissa respeita a ideia que nenhuma verdade única e neutra pode ser possível nas ciências sociais, porque este domínio envolve o estudo de outras pessoas que têm as suas próprias visões. Qualquer descrição ou justificação de um fenómeno social ou de uma situação reflecte inevitavelmente o entendimento do observador/pesquisador e dos seus interesses especiais (Morrow, 1994).

A terceira premissa corresponde à ideia (complexa) de que não é possível atingir a verdade porque a realidade não é simples nem regular: existem múltiplas realidades e por isso múltiplas verdades (Flax, 1990; Fraser & Nicholson, 1990).

Nesta abordagem epistemológica o conhecimento obtido pela pesquisa é parcial e situado; isto é, específico às situações particulares e a períodos particulares e não universalmente aplicável e relativo. Está relacionado com a visão do mundo dos pesquisadores, assim como com o sistema de valores envolvido.

Assim, para se compreender o que é a Análise do Discurso é necessário ter bem presente estas concepções epistemológicas e não apenas estudar aquilo que um pesquisador faz, como se seguisse qualquer forma de receita. Por estas razões neste capítulo dá-se especial atenção às ideias teóricas básicas, que só depois de compreendidas e aceites pelos pesquisadores podem permitir que uma qualquer pesquisa de Análise do Discurso, seja conduzida e transmitida.

Esta concepção alternativa ao positivismo (tradição ainda dominante na psicologia, e na psicologia social em particular) é particularmente complexa de

assumir já que representa uma “dupla crise de representação e de legitimação” (Denzin & Lincoln, 1998, p.21). No que diz respeito à crise de representação, implica que os pesquisadores não podem “oferecer” conhecimento objectivo da realidade e do mundo, mas apenas descrições, ou justificações subjectivas enviesadas. Já que a objectividade é impossível, os próprios termos de objectivo e de subjectivo deixam de ser aplicados e por isso desnecessários nesta abordagem. Uma interpretação extrema desta crise de representação poderá inclusive assumir que qualquer conhecimento será apenas a visão do próprio investigador.

A crise de legitimação resulta do facto de não existirem procedimentos bem estabelecidos para avaliar o conhecimento obtido. A principal razão é que não existe a possibilidade dos resultados das pesquisas poderem ser comparados com a realidade objectiva. A realidade mantém-se inacessível e, por isso, qualquer tentativa para verificar os resultados, por exemplo, duplicando a pesquisa, simplesmente produz outra versão discutível. Não é possível ir “lá fora” obter uma visão real, objectiva e verdadeira do mundo. Apesar dos problemas que esta dupla crise pode acarretar, existem possibilidades não tão extremistas e relativistas, que permitem, apesar de tudo, que os pesquisadores de Análise do Discurso possam prosseguir nas suas carreiras, apresentando os seus trabalhos, sem ter necessariamente de se entrar em qualquer tipo de “anarquia metodológica” (Parker, 1992; Taylor, 2001; Wood & Kroeger, 2000).

### *A “linguagem” na Análise do Discurso*

Um dos legados da modernidade e da psicologia tradicional é a convicção de que a linguagem é um modo de operacionalização dos nossos estados e pensamentos intrapsíquicos. A linguagem na perspectiva tradicional e convencional, assume a possibilidade de avaliar os estados intrapsíquicos através de perguntas directas, como são feitas através de questionários nos mais diversos domínios. Esta forma de avaliação e de aceder ao "mundo interior", pressupõe a existência de uma relação causal entre o comportamento verbal e a operacionalização de essências internas, como atitudes, por exemplo (Staiton Rogers, 1998). Pelo contrário, a Análise do Discurso preocupa-se com o modo

como a linguagem constrói os objectos, os sujeitos, a subjectividade e o *self* (Willig, 1999).

Pode-se dizer que existem muitas influências para a “*viragem para a linguagem*” (Harré, 1983) na psicologia e na psicologia social em particular. Embora só muito recentemente os psicólogos sociais se tenham dedicado ao seu estudo, existem numerosas razões para os psicólogos se interessarem pela linguagem. Esta é tão central em todas as actividades sociais que seria difícil imaginar a comunicação sem ela. “A linguagem é sem dúvida, o mais poderoso e eficaz sistema de comunicação - o atributo mais tipicamente humano e universalmente reconhecido como único do homem” (Bitti & Zani, 1993, p.93).

A linguagem não é apenas um código para a comunicação, mas está completamente envolvida no processo de pensamento e compreensão (Potter & Wetherell, 1987). Os autores da Análise do Discurso referem a importância da linguagem para a psicologia social já que esta é a forma mais elementar e penetrante de interacção entre os indivíduos, sendo que parte das actividades humanas são realizadas através dela (idem, 1987). Na perspectiva da Análise do Discurso a linguagem parece dirigir as percepções dos indivíduos e “faz coisas” acontecerem, construindo e criando as interacções sociais e os diversos mundos sociais (Coulthard, 1977). Assim, os diversos textos sociais, sejam eles escritos, falados, *spots* publicitários, ou comportamentos não verbais (Parker, 1992) têm um papel de construção da própria vida.

A Análise do Discurso coloca desafios importantes às pesquisas tradicionais e fornece uma metodologia para a interpretação dos textos sociais, não sendo apenas mais um tópico para os temas da psicologia social. Tem os seus fundamentos na filosofia, na sociologia e na teoria da literatura (Llombart, 1993; Potter & Wetherell, 1987) e nos trabalhos de diferentes autores que chamaram a atenção para a importância do significado e das descrições fornecidas pelos indivíduos relativamente aos seus comportamentos (Gergen, 1973; 1982; Harré, 1979; 1983; Shotter, 1975; 1984). Por outro lado autores como Derrida, Foucault (1972; 1979) e Lyotard (1989) contribuíram com as suas análises para o movimento pós-estruturalista e pós-modernista que tem influenciado a ciência e

nomeadamente a psicologia social (Parker, 1989). Todos estes autores chamavam a atenção para a importância que a linguagem desempenha na construção da realidade social.

No que diz respeito à referência específica da linguagem, os estudos mais importantes sobre esta temática foram desenvolvidos pelos linguístas sob forte influência de Noam Chomsky. De acordo com Chomsky (1975) a linguagem possui uma estrutura profunda de representação do significado, um conjunto de regras transformacionais relacionadas com a estrutura cognitiva dos sujeitos. O seu trabalho, relativamente ao conjunto de regras gramaticais foi fundamental porque ele assumia essas regras como estruturas cognitivas psicologicamente reais. Essas regras eram encaradas como representações dos sistemas cognitivos.

Em contraste com as teorias de Chomsky, os autores actuais estão mais interessados em compreender como os indivíduos realmente usam a linguagem uns com os outros, no decurso das interacções sociais. A filosofia da linguagem e especificamente a teoria dos “actos linguísticos” (*speech acts*) foi uma influência fundamental para a Análise do Discurso.

“Da noção de base (...) segundo a qual “falar é agir”, exercer uma actividade, têm com efeito brotado numerosíssimos trabalhos centrados na consideração da linguagem do ponto de vista dos actos executados pelo falar e no falar: esses trabalhos (...) são a expressão de uma única direcção de pesquisa que tem as suas origens, fundamentalmente, nas formulações de Austin (1962) e Searle (1969)” (Bitti & Zani, 1993, p.114).

Esta visão social da linguagem, de que falar é “fazer algo”, é importante, já que as práticas discursivas são genuínas práticas sociais situadas num espaço interhumano e têm efeitos concretos sobre a vida social e cultural (Llombart, 1995; Potter & Wetherell, 1987). Por outro lado, ao chamar a atenção para o facto de a teia de convenções sociais desempenhar um papel importante na realização das acções através do “falar”, o investigador fica sensibilizado para certas componentes do contexto social em torno do uso da linguagem.

A função da linguagem não consiste na procura de uma descrição da realidade exterior, mas pelo contrário, e segundo Wittgenstein (1953, cit. Llombart, 1995) constitui uma ferramenta que permite “jogar” com a realidade, reproduzindo-a, resistindo-lhe ou mudando-a. O trabalho de Wittgenstein, que tem um papel importante de precursor filosófico para a perspectiva relativista da linguagem, enfatiza a sua natureza interactiva como prática social, retirando-lhe qualquer significado fixo fora do contexto em que é usada (Augoustinos & Walker, 1995).

Derrida (cit. Burr, 1995) é talvez o autor que mais defende a posição de que nenhum texto tem um significado único fixo: todos os textos são passíveis de interpretações pluralistas e portanto distintas, os significados não são sempre imediatamente evidentes, sendo que muitas vezes o que *não* está num texto pode ter mais significado do que aquilo que lá está expresso. Para Derrida, todas as categorias e todos os textos são passíveis de desconstrução (Augoustinos & Walker, 1995).

A linguagem não surge num vazio social, pelo contrário, estrutura-se num espaço sócio-histórico e representa um conjunto de práticas de produção de significados. Segundo Shotter (1989), estes significados não se retiram nem da experiência dos indivíduos nem dos seus genes, mas sim da história da nossa cultura. E é precisamente a colocação da actividade discursiva num contexto temporal mais amplo, assim como a sua ligação com as instituições sociais que regulam a vida social, que permite que se procure as condições que facilitaram a emergência de determinado Discurso, indo assim mais além do contexto concreto onde se produz a interacção (Llombart, 1995).

### ***Definição e diferentes concepções de Análise do Discurso***

Os termos Discurso e Análise do Discurso estão a ser cada vez mais usados na literatura da psicologia e especificamente na da psicologia social. Isto implica que a sua definição seja abordada, já que estes termos podem ter significados diversos dependendo das tradições teóricas dos autores que os utilizam (Burr, 1995). Como já foi várias vezes referido, este domínio é actualmente muito vasto

e complexo, o que torna difícil dar uma definição única e simples de Análise do Discurso.

Segundo Potter e Wetherell (1987) quando se fala de análise de Discurso e da sua definição, apenas se encontra um ponto em comum: a completa confusão de terminologia. Esta confusão deve-se à abundância de trabalhos que começaram a surgir, ao mesmo tempo, em muitas áreas científicas como a psicologia, a sociologia, a linguística, a antropologia, os estudos literários, filosóficos, de comunicação social, etc, e que têm evidentemente, diferentes perspectivas teóricas. Como referem, este é um domínio em que é possível ter duas referências sobre Análise do Discurso sem nenhuma intersecção de conteúdo entre elas.

Segundo Iñiguez e Antaki (1994) não existe uma única definição de Análise do Discurso que possa conter toda a variedade de teorias e práticas que actualmente se encontram sob esta designação. No que diz respeito às definições da Análise do Discurso, existem várias, desde orientações mais linguísticas até mais psicossociológicas, e nenhuma pretende ser absolutamente definitiva.

O termo Discurso não se aplica unicamente à linguagem mas a qualquer padrão de significado, seja ele visual ou espacial, e portanto pode referir-se a textos visuais, tais como a televisão, o cinema, a banda desenhada, etc. Pode, ainda, referir-se a textos físicos, nomeadamente cidades, jardins, corpos, etc. A Análise do Discurso mais difundida baseia-se, contudo, em textos escritos, tais como, documentos, cartas, entrevistas, artigos de jornais, etc. (Willig, 1999).

A Análise do Discurso implica, simultaneamente, modos conceptuais de pensar o Discurso e de tratar os dados do Discurso. Neste sentido, e como já referimos anteriormente, a Análise do Discurso é uma alternativa às perspectivas tradicionais da metodologia, mas também uma alternativa às concepções em que essas perspectivas metodológicas assentam (Wood & Kroeger, 2000).

Segundo Wetherell, Taylor e Yates (2001), a Análise do Discurso pode descrever-se como o estudo da “fala” e de textos. Constitui um conjunto de métodos e de teorias que pretendem investigar quer o uso quotidiano da linguagem quer a linguagem nos contextos sociais. A pesquisa do Discurso oferece rotas para o estudo dos significado, uma forma de investigar o que está implícito e explícito nos diálogos que constituem a acção social, os padrões de

significação e representação que constituem a cultura. Permite uma série de abordagens aos “dados” e, mais importante, um conjunto de teorizações a esses mesmos dados.

Para Taylor (2001), o domínio da Análise do Discurso é actualmente de tal modo extenso, que a sua definição constitui uma tarefa difícil. No entanto, pode ser, de forma simples, descrito como um conjunto de actividades de pesquisa, diferentes do tradicional, que trabalham com material também ele diferente, havendo também muita diversidade quer teórica quer metodológica. Simplificando, a Análise do Discurso é o estudo aprofundado da linguagem que se utiliza, procurando a identificação de padrões. É melhor compreendida como um campo de pesquisa do que como uma simples prática sendo possível identificar diferentes abordagens/concepções.

Nos primeiros anos nas ciências sociais falava-se de forma mais ou menos simplista em duas grandes abordagens dentro da Análise do Discurso, actualmente o leque de teorias e métodos é muito superior. Se esta situação é positiva, porque representa o valor que tem sido atribuído a esta abordagem, implica no entanto, uma explanação difícil para quem pretende dar uma visão clara e introdutória do domínio.

Para Wetherell, Taylor e Yates (2001) existem diferentes modelos de Análise do Discurso que provêm de diferentes tradições dentro da pesquisa discursiva- a sociolinguística, a análise conversacional, a psicologia discursiva, a Análise Crítica do Discurso (ou Análise Foucaultiana) modelos estes que, mesmo assim, não são sequer exaustivos do tipo de pesquisa que se realiza. Se a Análise do Discurso está intimamente associada á linguagem que se utiliza e para além disso procura padrões (Taylor, 2001), é compreensível que as diferentes concepções estejam ancoradas a diferentes posicionamentos face ao modelo de linguagem (mesmo que assumidamente inseridas dentro da perspectiva mais ampla, anteriormente apresentada, e que é crítica da abordagem convencional da linguagem como espelho do pensamento).

Neste capítulo, optamos por seguir a ideia de quatro concepções distintas (Wetherell, Taylor & Yates, 2001). No entanto, faremos referência relativamente

mais pormenorizada às duas últimas abordagens, por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, por serem as mais comuns na psicologia e na psicologia social e estudos de género em particular; em segundo lugar, pelo nosso posicionamento pessoal que se aproxima mais da última abordagem - a Análise Crítica do Discurso (Wood & Kroeger, 2000).

Na primeira abordagem apresentada, a abordagem **sociolinguística**, é precisamente a variação e a imperfeição da linguagem como um sistema, que constitui o foco de interesse (Taylor, 2001). Nesta abordagem, os pesquisadores estudam a variação da linguagem em uso, pretendem descobrir como varia para posteriormente relacionar essa variação com diferentes situações sociais, contextos ou personagens diferentes. Os analistas do Discurso nesta abordagem, focalizam-se prioritária e essencialmente na própria linguagem. Pelo contrário, a segunda abordagem, **análise conversacional**, focaliza-se na actividade do “uso da linguagem”, mais do que na própria linguagem em si mesma. Estuda-se a linguagem como um processo, investigando-se o explícito e implícito, aberto ou silenciado das interações (normalmente conversações) entre pelo menos, duas partes, ou procuram-se padrões que as personagens que usam a linguagem produzem. Nesta abordagem os analistas estão mais interessados no “uso” do que na linguagem em si mesma, daí que a interacção torna-se o ponto de interesse primordial. Os padrões podem ser identificados em termos de uma sequência de contribuições para uma interacção ou uma espécie de guião típico. Esta abordagem implica um posicionamento específico relativo ao personagem que usa a linguagem: ele ou ela não são agentes livres de usar a linguagem e atribuir significado ou decodificar significados de forma a comunicarem. A contribuição de uma pessoa segue-se à contribuição de uma anterior e, por isso, é inevitavelmente modelada por ela. Além disso, o significado será criado no seio e no decorrer da interacção: o “usador” da linguagem está por isso constringido pelo contexto interactivo.

A terceira abordagem tem frequentemente designações distintas. Para Burr (1995) referimo-nos a **repertórios interpretativos**, para Wood e Kroeger (2000)



a **Análise do Discurso na Psicologia Social** e Wetherell, Yates e Taylor (2001) falam de **Psicologia Discursiva**. Nesta abordagem (independentemente da designação que se adopte) os analistas procuram padrões na linguagem associados a determinado tópico ou actividade; isto é, procuram famílias de termos específicos e significados com eles relacionados. Por exemplo, um estudo pode focalizar-se na linguagem associada a uma ocupação particular, como por exemplo a enfermagem ou a psicologia, ou a um determinado tema como o racismo (Potter & Wetherell, 1992). Interessa aos analistas, identificar os padrões na linguagem que se encontram associados, quando se aborda os temas. Esta abordagem chama atenção, como novos termos permitem às pessoas falar de coisas diferentes. Nesta perspectiva a linguagem é construtiva já que cria aquilo a que se refere. Por exemplo, a *Internet* permitiu a introdução de significados alternativos para “surfear” e outros termos de tradução difícil para português como *browsing* (“passar as folhas saltitando por prazer”). Um padrão de linguagem deste tipo, muitas vezes considerado como um *Discurso* ou um *repertório interpretativo* é específico a circunstâncias particulares. Esta abordagem entende a linguagem como situada, dentro de um contexto social e cultural, e não apenas nas interacções. Esta terceira abordagem está mais próxima da etnometodologia.

Pode-se dizer que os repertórios interpretativos são recursos discursivos gerais que podem ser usados para construir versões de acontecimentos, acções, processos internos, justificações de certas práticas, etc. Podem, ainda, ser encarados como conjuntos de termos relacionados entre si e usados com uma certa coerência gramatical e estilística, e que geralmente se organizam em torno de uma ou mais metáforas centrais (Potter & Wetherell, 1987). Tendo em conta que não existe qualquer conteúdo psicológico interno nos indivíduos que comande os seus comportamentos, os repertórios interpretativos são ferramentas, que não estão localizadas nos indivíduos, mas que estes usam, conforme os recursos sociais e culturais disponíveis, para os seus próprios fins.

*Inspirados na teoria dos actos linguísticos os teóricos dos repertórios interpretativos defendem que falar é agir e que a linguagem deve ser encarada como uma acção. Inspirados no conceito de «felicity conditions» (condição que uma frase deve ter para ter força como acto linguístico) defendem que a*

*linguagem tem múltiplas funções e que aquilo que as pessoas fazem com a fala depende do contexto em que essa fala é produzida e das pessoas envolvidas nessa fala (Wood & Kroeger, 2000).* Para os autores que se inserem nesta perspectiva, o termo Discurso é utilizado num sentido amplo que cobre todas as formas de interacção verbal, formal e informal, assim como os textos escritos (Potter & Wetherell, 1987). A sua preocupação não é o Discurso em si, mas o melhor conhecimento da vida social e da interacção social que o estudo dos textos sociais pode permitir.

Nesta perspectiva os indivíduos são encarados como “utilizadores de Discurso ” (Burr, 1995), isto é, os indivíduos usam e manipulam a linguagem e o Discurso para os seus próprios fins. Potter e Wetherell (1987) designaram o conceito de repertório interpretativo como uma forma de compreensão dos esquemas linguísticos que os indivíduos utilizam, na construção das descrições dos acontecimentos. Os repertórios interpretativos são, portanto, os “blocos de construção” que os indivíduos utilizam para construir versões das acções, dos processos cognitivos e doutros fenómenos. Qualquer repertório particular é constituído por um número restrito de termos usados de uma forma gramatical e estilística específica, podendo surgir de algumas metáforas.

Segundo Burr (1995), os repertórios interpretativos podem ser encarados como um tipo de ferramenta que os indivíduos utilizam para os seus próprios fins. Quando existe consistência nas descrições, esta não está localizada no indivíduo que fala, mas na existência de um repertório que todos usam. Deste modo os repertórios não pertencem aos indivíduos, são pelo contrário, uma espécie de recurso social, disponível para todos os que partilham uma linguagem e uma cultura. Estes repertórios interpretativos têm como função permitir que os indivíduos justifiquem as versões particulares de acontecimentos, se desculpem ou validem os seus comportamentos, evitem a crítica ou, pelo contrário, mantenham uma posição credível numa interacção. Nesta perspectiva, os indivíduos são participantes activos da vida social, ocupados em construir descrições (para vários fins), mas sem que exista nenhum conteúdo psicológico interno nos indivíduos que dirija os seus comportamentos (Potter & Wetherell, 1987). O contexto

específico e funcional no qual a fala ou o Discurso é mobilizado em situações específicas, é particularmente tido em atenção.

Para Potter e Wetherell (1987), os indivíduos não são apenas o produto do seu ambiente agindo em função das escolhas dos repertórios interpretativos disponíveis. Assumem que o único processo psicológico que deve ser tomado em consideração é o desejo de ter “voz” e de negociar uma posição moral viável. Pretendem, assim, desvalorizar os fenómenos geralmente designados por intrapsíquicos, porque situados no interior dos indivíduos, e recolocá-los na esfera do social, no domínio do interpessoal (Burr, 1995).

Segundo Staiton Rogers (1998) esta abordagem implica uma análise do micro-Discurso. Procura-se determinar quais as funções discursivas da linguagem que são usadas em diferentes situações. Apoiase, geralmente, no Discurso falado. Este tipo de análise é designada de micro-análise porque consiste num escrutínio detalhado de pequenos excertos de texto. As questões são do tipo: quem é esta pessoa, o que é que esta parte do Discurso procura alcançar e que Discurso (ou repertórios) são usados para isso? (idem, 1998). Por sua vez Potter e Wetherell (1987) consideram que as componentes da Análise do Discurso são a sua função, a sua variabilidade e a sua construção.

Uma quarta abordagem, a **Análise Crítica do Discurso** (Wetherell, Taylor & Yates 2001; Wood & Kroeger, 2000) procura igualmente padrões mas dentro de contextos mais amplos, associados a questões sociais ou com a cultura. Tem como influências as perspectivas provenientes do estruturalismo e pós-estruturalismo francês, e nos trabalhos de Foucault essencialmente na sua preocupação com as relações entre poder e conhecimento. Foucault (1972) usa o termo discurso quer para sugerir diferentes formas de estruturar as áreas do conhecimento e práticas sociais, quer para se referir ao desenvolvimento mais amplo e histórico das práticas linguísticas. Os Discursos não reflectem ou representam só entidades e relações sociais, eles constroem-nas ou constituem-nas. Diferentes combinações de Discursos relativos a mudanças sociais específicas, produzem um novo e complexo Discurso.

Para Llobart (1995), a união entre o Discurso e a realidade social, cultural, política ou de outra ordem, não se localiza nem no sujeito psicológico que fala, nem nas suas intenções, nem nos temas que o obcecaram, nem na sua pertença a grupos ou ideologias bem definidas, localiza-se sim, nas condições de produção desse Discurso. Devido ao seu carácter construtivo da realidade social, o Discurso tem um efeito decisivo no modo como se configura o mundo social. As práticas discursivas são afinal práticas sociais, produzidas através de relações de poder concretas, numa época determinada; estas relações, por seu lado, apontam para certos efeitos que regulam e controlam a ordem social (idem, 1995).

A mesma autora apresenta a forma como as práticas discursivas e as relações de poder se articulam: (I) trata-se, em primeiro lugar, de questionar o tipo de acções que se efectuam ao realizar uma interacção comunicativa; (II) em segundo lugar, procura-se pôr a descoberto as condições de produção que permitem que em determinado contexto, um Discurso tenha prioridade sobre outros; e (III) finalmente investigam-se as consequências que estas acções discursivas têm na realidade social.

O Discurso, tal como é usado na Análise Crítica do Discurso, refere-se a sistemas estruturados de figuras de Discurso, termos e metáforas (Burman & Parker, 1993). Diz respeito aos «*patterns of meaning which organize the various symbolic systems human beings inhabit, and which are necessary for us to make sense to each other*» (Parker, 1999, p.3). Nesta abordagem, as preocupações centram-se essencialmente nas questões da identidade, *selfhood*, mudança social e pessoal e relações de poder (Parker, 1992).

O objectivo dos analistas dentro desta abordagem é essencialmente identificar padrões de linguagem com práticas com eles relacionadas e mostrar como estas constituem aspectos importantes da sociedade e das pessoas dentro dela (Taylor, 2001). Esta abordagem toma frequentemente em atenção as origens histórias e a natureza social do mundo “tal como ele existe”. A controvérsia é a base desta quarta abordagem, porque envolve o estudo do poder e da resistência, da contestação e da luta. A assunção básica é que a linguagem que está disponível para as pessoas utilizarem permite e constrange, não só e apenas a expressão de ideias mas também aquilo que as pessoas fazem. É através da linguagem que as

peças são categorizadas, são segregadas, consideradas diferentes, “anormais” “doentes”, sendo que a própria linguagem dá valor atribuindo existência ou negando essas categorizações.

Uma vez que através da linguagem estão potencialmente disponíveis uma multiplicidade de versões alternativas de acontecimentos, então, sobre qualquer objecto, acontecimento ou pessoa, podem existir também uma variedade de Discursos, cada um com uma maneira diferente de se representar para o mundo (Llombart, 1995). Cada Discurso fornece a um objecto uma “natureza” diferente daquela que outro Discurso forneceria, isto é, reivindica para si ser considerado “verdade”. Aquilo que os indivíduos dizem, as suas “crenças” e “opiniões” não são uma “rota” para o acesso ao mundo privado e, por isso, não podem ser encaradas como manifestações de qualquer condição interna essencial tal como temperamento, personalidade ou atitude. Elas são apenas manifestações de Discurso, aproximações de representações dos acontecimentos sobre a vida social, que têm a sua origem não na experiência privada dos indivíduos, mas na cultura discursiva em que elas habitam. Um Discurso acerca de um objecto pode manifestar-se nos textos, na fala, numa conversação ou numa entrevista, em novelas, jornais, artigos ou cartas, em imagens visuais como anúncios de publicidade e filmes ou mesmo nos significados associados ao vestuário utilizado (idem, 1995). Tudo o que acarrete significado pode sugerir a presença de um ou mais Discursos, e como parece não haver nenhum aspecto da vida humana que esteja isento de significado, tudo o que nos rodeia pode ser considerado “textual” de tal modo que a “vida como texto” se pode considerar a metáfora subjacente à abordagem do Discurso (Burr, 1995).

Nesta abordagem tem que se ter em consideração os Discursos como sendo meios fluidos em mudança nos quais os significados são criados e contestados. O “usador” da linguagem não é um comunicador separado, e auto-suficiente que manda e recebe informação, pelo contrário está sempre localizado, imerso no meio e lutando para ter a sua posição social ou cultural tomada em atenção. Enquanto na abordagem da análise conversacional se entendia os “usadores” da linguagem como constringidos à interacção e ao contexto, nesta abordagem este constringimento é ainda superior já que as pessoas não são livres agentes mas

apenas indivíduos fortemente constrangidos nas suas escolhas de linguagem, logo de acções, mesmo que esta não seja completamente e estaticamente determinada. Assim, nesta abordagem a análise é essencialmente do *macro-Discurso* (Staiton Rogers, 1998): a preocupação incide essencialmente na natureza colectiva do Discurso, ou seja, atribui-se menos importância àquilo que o indivíduo diz, num determinado contexto particular e mais importância ao modo como o Discurso lida com os recursos sociais e culturais que são usados nas actividades humanas (Parker, 1992). Este tipo de análise é também considerado macro porque em vez de se preocupar com pequenos segmentos de texto recorre a métodos essencialmente taxonómicos, procurando identificar e descrever quais são os principais Discursos em questão. A questão é de saber relativamente a determinados tópicos quais são os Discursos disponíveis, como se desdobram e para que é que eles servem.

É evidente que nesta perspectiva o próprio analista está envolvido e por isso não se encontra “de fora” desta luta e destes constrangimentos.

Como já referimos aquando da apresentação da terceira abordagem, Potter e Wetherell (1987) consideram que a Análise do Discurso deve contemplar três pressupostos básicos: a função do Discurso, a sua construção e a sua variabilidade. Sem negar estes pressupostos a Análise Crítica do Discurso faz deles uma leitura diferente: (I) na função da linguagem introduz o conceito de poder, segundo a perspectiva de Foucault; (II) a noção de variabilidade é preterida em favor do conceito de contradição, igualmente inspirada na perspectiva de Foucault; e (III) à noção de construção contrapõe a noção de constituição -as nossas ideias são constituídas dentro de padrões de Discurso que não podemos controlar (Parker, 1997).

Estas duas linhas teóricas serão apresentadas em paralelo (seguindo um esquema elaborado por Saavedra (2001) para um melhor confronto das diferenças subjacentes a cada uma, apresentando os autores que mais se identificam com cada uma das abordagens: Potter & Wetherell (1987) para a terceira abordagem e Parker (1997) para a última abordagem.

Repertórios Interpretativos	Análise Crítica do Discurso
<p>O conceito de <b>função</b> remete para o conceito de acção e, neste sentido, significa que na análise de Discurso importa saber o que as pessoas estão a fazer com o texto ou fala. A função do texto ou fala pode ser linguística (ligar duas frases, por exemplo), pragmática ou social, como pode ser específica ou global ou ainda, em termos de domínios, ter uma função religiosa, legal, científica, etc. (Potter &amp; Wheterell, 1987).</p>	<p>A <b>função</b> do Discurso está intimamente ligada ao poder no sentido em que Foucault relaciona poder e conhecimento. Ao produzir Discursos as pessoas lidam constantemente com a questão do poder e a sua sujeição ao ele emitindo Discursos de resistência ou de regulação (Parker, 1997).</p>
<p>A <b>variabilidade</b> implica o reconhecimento de que a fala constrói diferentes versões do mundo e é orientada por diferentes funções. É, por isso, de esperar que exista variabilidade no Discurso produzido pela mesma pessoa e que exista variabilidade entre os Discursos produzidos por diferentes pessoas (Wood &amp; Kroeger, 2000).</p>	<p>A <b>contradição</b> implica procurar no textos as contradições entre diferentes significados, tentando identificar os significados dominantes e os significados subordinados e salientando processos de resistência (Parker, 1999). Apoia-se na perspectiva de Foucault sobre a contradição entre Discursos e no conceito de desconstrução das formas dominantes de conhecimento. A noção de contradição, tal como é defendida pela ACD está intimamente ligada com os conceito de luta, poder e desconstrução (Parker, 1997).</p>
<p>A <b>construção</b> diz respeito ao modo como toda a actividade simbólica precisa de se apoiar em recursos culturais para que as relações interpessoais façam sentido. Como os indivíduos não podem inventar os símbolos, usam aqueles que estão disponíveis. Nesta ordem de ideias os significados não são produzidos no interior do indivíduos nem são transmitidos de uma "cabeça" para a outra, mas são produzidos no Discurso à medida que as pessoas constróem novos textos (Potter &amp; Wheterell, 1987)</p>	<p>O conceito de <b>constituição</b> implica a noção de que as nossas ideias são constituídas por padrões de Discurso que fogem ao nosso controlo. Este conceito inspira-se no trabalho mais recente de Foucault sobre a instabilidade da actividade humana e na luta pelo significado que é levada a cabo sempre que as pessoas têm de contar uma história coerente sobre si próprias, seja a uma autoridade, seja aos outros ou a si próprias (Parker, 1997).</p>

Concluindo, a Análise do Discurso hoje é multi e interdisciplinar. Esta situação pode muitas vezes induzir em confusão, principalmente para quem começa a dar os primeiros passos nestas abordagens, já que estas diferentes abordagens diferem em muitas dimensões, dimensões essas que são fundacionais logo fundamentais, e também metodológicas (Wood & Kroeger, 2000). Essas dimensões incluem orientações face à linguagem, como acção ou como tópico em

si mesma, na definição dos termos, na natureza e papel da teoria, na natureza das questões de pesquisa, no tipo de dados (material) que é utilizado, na conceptualização e tratamento do contexto, na compilação da informação (dados), na amostra, na transcrição, na categorização, nos níveis de análise, nas proclamações dos resultados, etc., questões que serão brevemente abordadas no ponto seguinte.

### **Como conduzir uma pesquisa de análise do discurso?**

Nesta pequena parte faremos referência a um conjunto de questões importantes para a pesquisa de Análise do Discurso enfatizando essencialmente aqueles pormenores que mais a distinguem das metodologias psicológicas convencionais (Taylor, 2001). Faremos referência à questão das hipóteses, ao material (dados), ao processo de análise e, por fim, uma breve referência ao papel dos pesquisadores. Por fim, apresentaremos dois exemplos simples de trabalhos que utilizaram esta metodologia. É importante salientar que abordaremos este ponto com a perspectiva obviamente enviesada da nossa própria opção teórico/metodológica, a Análise Crítica do Discurso.

No que diz respeito às questões iniciais que se colocam numa pesquisa de Análise do Discurso, também se pode falar de *hipóteses de pesquisa*. No entanto, enquanto na perspectiva positivista pretende-se estabelecer ou verificar informação acerca do mundo testando hipóteses, procurando estabelecer verdades (mesmo que provisórias), na Análise do Discurso, os pesquisadores apesar de poderem formular questões de pesquisa como sendo hipóteses, as proclamações finais relativas a essas mesmas hipóteses são ainda mais provisórias e confinadas a contextos limitados e específicos. A especificação mais precisa das questões centrais do estudo vão surgindo gradualmente. Começando por interesses gerais, (tópicos, domínios, material a ser analisado, documentos ou entrevistas, por exemplo), gradualmente as possibilidades e complexidades da questão central da pesquisa vão sendo exploradas.



É importante voltar a fazer referência que não basta ter “material (muita informação proveniente de documentos, transcrições de muitas entrevistas) para, de um momento para o outro se iniciar uma pesquisa de Análise do Discurso, pensando-se que se vão encontrar revelações importantíssimas<sup>3</sup>. Aquilo que se considera como sendo material só se torna verdadeiramente “*dados*” depois das decisões teóricas dos pesquisadores acerca das diferentes abordagens discursivas, dos posicionamentos epistemológicos subjacentes, assim como acerca do tópico específico de pesquisa.

Assim, apesar de existir uma infinidade de material possível de ser analisado através de Análise do Discurso (por exemplo, peças jornalísticas, artigos de revistas, documentos oficiais, simples anúncios, etc.) o material necessita passar por um processo de selecção, que implica as questões igualmente importantes da amostra. Enquanto na metodologia positivista, quantitativa, grande quantidade de dados pode aumentar o grau de fiabilidade na generalização dos resultados, o mesmo não se pode dizer das abordagens qualitativas como a Análise do Discurso. O trabalho com os “dados” é muito intenso e difícil de sintetizar. O tipo de transcrição a realizar (se integral, se parcial, se usando códigos, o nível de detalhe, etc.) depende também das decisões relativas a todos os pontos fundamentais da Análise do Discurso, isto é, das abordagens teóricas adoptadas e dos temas, tópicos a estudar. Como a decisão quanto á transcrição é fundamental dependente da abordagem assumida, em muitas circunstâncias ela assume uma importância capital obedecendo a regras muito precisas e técnicas específicas. Para melhor compreensão destas diferentes possibilidades de transcrição sugere-se a leitura de Potter e Wetherell (1987) e vários capítulos do livro de Wetherell, Taylor e Yates (2001 a)

No que diz respeito ao tamanho da *amostra*, a Análise do Discurso foge à tradição da ciência convencional e não se preocupa com números elevados. O próprio facto de ter de ser o investigador a efectuar as entrevistas é, desde logo, um factor que limita o número da amostra. Aliás, e ao contrário da ciência

---

<sup>3</sup> Muita informação que pode ser utilizada para Análise do Discurso pode ser usada também para análise do conteúdo, que representa uma metodologia completamente distinta, do ponto de vista da postura epistemológica.

tradicional, na Análise do Discurso uma amostra demasiado extensa pode tornar-se problemática (Wood & Kroeger, 2000). Os participantes numa dada pesquisa (geralmente poucos elementos) partilham entre si determinadas características consideradas fundamentais para a questão em estudo (Taylor, 2001). A selecção não é assim realizada no sentido de representar a população como um todo (não há a preocupação com a representatividade). Pretende-se apenas encontrar pessoas mais ou menos “típicas” da categoria em estudo, que vivam determinada situação particular, etc., assumindo-se que os padrões que se revelem através dessas entrevistas indicam o conhecimento partilhado por outros membros da mesma cultura, categoria, grupo, problemática, etc.

No que diz respeito ao *processo de análise* a primeira questão fundamental é assumir que esta análise não é realizada de forma independente de toda a condução da pesquisa. Por exemplo, inclui-se no processo de análise a própria decisão quanto ao tipo de transcrição a realizar. Em segundo lugar as abordagens da Análise do Discurso são essencialmente e intrinsecamente qualitativas. Daí que a natureza da análise é relativamente “*open-ended*”, circular e iterativa.

Apesar de não haver uma grelha estruturada e passos claramente definidos sobre como fazer análise do discurso, Parker (1992) refere a possibilidade de se recorrer a um conjunto de critérios associados a fases, que podem ajudar os analistas a começar a análise. Estes critérios não sendo rígidos são indicadores importantes. Apesar de haver análise do discurso que não recorre necessariamente aos últimos critérios e fases, na Análise Crítica do Discurso estes são fundamentais e cruciais.

#### *Critérios e Fases*

##### ***Textos***

- 1- tratar objectos de estudo como sendo textos (colocados em palavras)
- 2- explorar conotações, associação livre

##### ***Objectos***

- 3- procurar objectos nos textos
- 4- tratar a *fala* acerca desses objectos como objecto de estudo

##### ***Sujeitos***

- 5- especificar sujeitos (pessoas, assuntos, temas, etc.), como tipos de objectos no texto
- 6- especular acerca de como eles podem “*falar*”

**Sistema**

- 7- traçar uma imagem do mundo, redes de relações
- 8- indicar as estratégias defensivas desses sistemas contra possíveis ataques

**Ligações**

- 9- identificar contrastes entre formas de “falar”
- 10- identificar pontos de sobreposição, *fala* dos mesmos objectos

**Reflexão**

- 11- relacionar maneiras de *falar* para audiências diferentes
- 12- escolher rótulos ou designações das formas de *falar*, os discursos

**História**

- 13- analisar com atenção como esses discursos emergem
- 14- questionar como os discursos contam a sua história acerca da sua origem

**Instituições**

- 15- identificar instituições reforçadas pelos discursos
- 16- identificar instituições que são atacadas pelos discursos

**Poder**

- 17- analisar que categorias de pessoas ganham e perdem
- 18- questionar quem os promoverá e quem se lhes oporá

**Ideologia**

- 19- analisar como eles se ligam com outros discursos opressivos
- 20- descrever como eles justificam o presente

Outro ponto importante diz respeito ao facto de que a análise envolve voltar aos dados várias vezes; ao mesmo tempo que se vão ouvindo as gravações ou lendo transcrições, documentos, anotando características, alguns aspectos de interesse podem-se realçar o que não implica fazer algo de imediato. Envolve trabalhar “através” dos dados durante um longo período, voltando a eles várias vezes. Uma Análise do Discurso não se realiza numa ou duas sessões.

Os pesquisadores procuram padrões nos dados mas não é certo nem seguro, como e quais serão esses padrões e que significados terão. A abordagem dos “dados” é realizada com a confiança de que “existirá algo” mas com muita incerteza relativamente ao “que será”. Se se definem padrões emergentes, é importante anotá-los mas continuar a procurar. Podem existir várias possibilidades para os explorar. Provavelmente terá de haver decisões relativas à focalização (nuns mais do que noutros), deixando por isso aspectos por explorar. Como a Análise do Discurso é muito “rica” será provavelmente impossível admitir,

alguma vez, que os “dados” foram exaustivamente analisados, e que, por isso, não existe nada mais a considerar, isto é, que a análise está completa.

Relativamente à análise dos textos, os analistas do Discurso têm de ter uma postura especial, prestando atenção não só aquilo que está no texto, mas também às ausências, pois estas podem ser de extrema importância. É necessário ter o «espírito» aberto à criatividade para analisar os textos nas suas múltiplas facetas e estar aberto a todas as possibilidades de leitura (Wood & Kroeger, 2000). Esta é precisamente uma das maiores dificuldades neste tipo de análise. ”Tendo presente que a nível da Análise do Discurso, não existem critérios definidos de correspondência para decidir ou potenciar umas versões interpretativas sobre outras, isto origina um posicionamento difícil para o investigador: não permite uma resposta fácil quando se pergunta qual é a melhor interpretação e especialmente qual a linha de acção a seguir depois da análise (Nogueira 2001, no prelo). Neste âmbito, e partindo do pressuposto de que todas as leituras são possíveis mas que uma opção se impõe, deve-se optar por aquela interpretação que em termos pragmáticos venha a contribuir para uma maior transformação da ordem dominante.

Neste tipo de pesquisa, e tendo como base as assunções epistemológicas referidas atrás, o *papel dos pesquisadores* merece uma atenção particular. Assumir que não existe neutralidade, que o enviesamento produzido pela visão do “mundo” e valores<sup>4</sup> dos próprios pesquisadores não só existe, como é necessário ter em consideração, é um ponto fundamental, porque completamente antagónico ao assumido pela pesquisa tradicional. Como posicionamento face a esta postura, a auto-consciência e a reflexividade são competências necessárias, para os pesquisadores nesta abordagem.

Outra questão fundamental, diz respeito à questão ética. Aqui, como em todas as metodologias qualitativas que utilizam entrevistas, são sugeridas as

---

<sup>4</sup> Em muitos casos os pesquisadores de Análise do Discurso estudam temas próximos dos seus interesses, ou das suas crenças políticas. Estas condições podem não ser suficientes para se iniciar uma pesquisa, mas são, em si próprias um provável ponto de partida. Não são vistas como negativas mas, pelo contrário, tomadas em consideração.

mesmas regras de anonimato, consentimento e responsabilidade pela divulgação das interpretações realizadas

Apesar de ser uma abordagem pouco tradicional muitos pesquisadores continuam a utilizar o mesmo sistema de apresentação de artigos conforme a tradição dominante, com a respectiva introdução, revisão conceptual e secção de método, análise de dados e resultados. No entanto, ao longo das diferentes fases é necessário que seja claro o posicionamento teórico e o posicionamento reflexivo necessário a uma abordagem não positivista. Isto é, os pesquisadores assumem a sua não neutralidade, os seus constrangimentos e envolvimento, assim como as limitações, aceitando toda a responsabilidade ética pela apresentação realizada.

### *Como fazer Análise do Discurso? Um exemplo de investigação ilustrativo*

Nesta parte apresentaremos um exemplo (muito simplificado) de utilização da Análise do Discurso. É importante relembrar todas as considerações a ter em atenção neste tipo de metodologia, e que foram brevemente apresentadas no ponto anterior

No estudo realizado por Nogueira (1997) sobre mulheres em posições de poder (a alto nível organizacional), pretendia-se analisar de que forma a subjectividade feminina, construída pelo senso comum e pela ideologia dominante, é assumida pelas próprias mulheres, ou se se pode encontrar formas de resistência a essa ideologia. Analisando como estas mulheres se percebem pode ajudar a reflectir acerca de diferentes posições que constituem, no presente, questões fundamentais para o activismo feminista: (I) a maneira como se apresentam a si próprias possibilita ou promove serem consideradas modelos para outras mulheres?; (II) essa identificação constitui-se de alguma forma como resistência às normas estabelecidas ?

Foram realizadas entrevistas a várias mulheres, nas mesmas condições de poder, embora em diferentes domínios de actividade, tendo apenas como ponto de

partida três grandes temas: a forma como falam da *sua trajectória pessoal, da sua relação com a família e sobre a liderança*.

O material para esse trabalho proveio de entrevistas em profundidade, individuais e não directivas, que foram realizadas a dezoito mulheres de diferentes idades e estados civis, mas que desempenhavam funções ou cargos de liderança, quer em organizações do estado, quer particulares, de natureza industrial, científica e política. Estas mulheres foram escolhidas de entre um conjunto (restrito) de mulheres que se posicionam no topo da hierarquia das organizações em que se encontram. Assim, no que diz respeito à caracterização da população, do ponto de vista da amostra, a única preocupação não residiu nem no tamanho, nem na representatividade no sentido tradicional, já que isso não assume um papel de relevo na análise do discurso; o nosso interesse na escolha das entrevistadas residiu num critério de natureza estratégico isto é, procurou-se maximizar a variabilidade discursiva. Pensamos que esta variabilidade discursiva era possível, elegendo personagens cujas características sócio-históricas particulares permitiam que se esperasse emitirem discursos diferenciados. Nesse sentido, procuramos mulheres que se situavam em categorias heterogéneas, isto é, que tivessem idades diferentes, distintos estados civis (solteiras, divorciadas e casadas), diferentes formações e profissões, assim como serem, ou não, figuras públicas. Como refere Llobart (1995), é precisamente a heterogeneidade da amostra que permite que se atribua um maior peso retórico às semelhanças discursivas que se identificam à medida que se transcreve e analisa as entrevistas.

Assim, o passo inicial para a escolha das potenciais entrevistadas consistiu na execução de uma listagem de nomes, em primeiro lugar conhecidos através dos meios de comunicação social e por isso figuras públicas devido ao seu estatuto profissional, e em segundo lugar na análise de um suplemento anual da revista Fortuna intitulado “Quem é quem”. Este suplemento fornece informações relativas a pessoas que ocupam cargos de direcção nos diferentes níveis (direcção intermédia e de topo), essencialmente no domínio dos negócios, da indústria e serviços. Da apreciação deste documento e com as informações existentes de outros sectores da vida social isolamos cerca de 60 nomes de mulheres, que

ocupavam essencialmente posições de topo nos domínios e nas instituições profissionais em que se inseriam.

Este primeiro passo resultou numa listagem de nomes e contactos (essencialmente moradas e telefones), através da qual foi possível enviar cartas. Na carta, depois de uma breve apresentação, e da explicitação dos objectivos pretendidos, solicitávamos a possibilidade de concessão de uma entrevista (que seria gravada) salvaguardando no entanto, a confidencialidade. Por esta razão, assumíamos que apenas se usariam extractos exemplificativos do discurso, mas que de modo nenhum poderiam implicar uma identificação posterior; em muitas situações, este cuidado reduziu a possibilidade de apresentação de peças de discurso, por serem de algum modo passíveis de possibilitar identificação (é importante não esquecer, que estas mulheres por estarem no topo, e serem muito poucas em alguns domínios, são facilmente reconhecidas). No final da carta referíamos que no espaço de uma semana seriam contactadas telefonicamente, para se tentar marcar uma data para a entrevista, no caso de acederem ao pedido.

Depois de todas as cartas enviadas e posterior contacto telefónico (nem sempre fácil, dada a dificuldade de contacto directo e as dificuldades inerentes a vidas profissionais que implicam reuniões, viagens ao estrangeiro, etc.), foi possível começar a estabelecer um calendário para algumas entrevistas. No entanto, enquanto era possível começar algumas entrevistas, ainda persistia a fase de contacto telefónico (em muitos casos de forma insistente) para obter a informação relativa à concessão ou não da entrevista. Todo este trabalho, que durou cerca de 7 meses, possibilitou apenas a realização de 18 entrevistas.

As entrevistas realizaram-se no ambiente de trabalho das entrevistadas, isto é, nos seus gabinetes particulares, o que nalguns casos, implicou ser na residência particular. Nestes contextos tornou-se possível um ambiente ainda mais informal e relaxado, possibilitando a conversação.

O guião da entrevista incluía um conjunto de temas abertos e muito gerais, não pressupondo sequer uma ordem pré-estabelecida. Esta situação permitiu que, muitas vezes, a conversação se iniciasse por certos assuntos, e muitas vezes se desviasse de algumas das questões colocadas. A entrevistadora intervinha também na conversação, de forma espontânea e não controlada.

Os assuntos que se pretendia abordar diziam respeito, unicamente, a três grandes temas: a trajectória pessoal e profissional até ao momento da entrevista, a ligação entre a esfera privada e a pública e as suas posições relativamente à liderança exercida por homens e à exercida por mulheres. No início da entrevista era referido que esta abordaria essencialmente esses três grandes temas, podendo as entrevistadas iniciar a conversa por qualquer deles.

A análise do discurso realizada baseou-se na análise das transcrições totais das 18 entrevistas realizadas. O primeiro passo numa análise deste tipo consiste na leitura lenta e na (re)leitura do material. Em muitos casos implica fazer paragens e voltar a reler os mesmos textos passado algum tempo, para tentar testar alguma interpretação, ou detectar algum significado que possa ter escapado.

Durante essa fase de leituras contínuas, procuram-se temas repetitivos, frases que pareçam representar situações de forma mais ou menos coerente e de significado similar, metáforas que possam implicar imagens específicas ou mesmo palavras com significados particulares. Isto implica sublinhar e passar para outro papel essas frases, de forma a facilitar a sua organização posterior. Procuram-se, como já se referiu, semelhanças, diferenças, pensando-se em simultâneo que tipo de efeitos discursivos poderão estar implicados.

Uma das diferenças da análise do discurso relativamente à análise do conteúdo, é que nesta, as palavras ou as frases são apenas codificadas numa única categoria, enquanto na análise do discurso, uma mesma frase ou palavra pode implicar um significado distinto dependendo da forma como se insere numa frase ou na continuação ou antecedência de outra.

Depois de todo este procedimento foram identificados discursos que pareciam construir a forma de experienciar a vida das mulheres em posições de topo em termos profissionais em termos de formas distintas e contrastantes.



Depois de identificados os discursos, que passaram pelas acções discursivas emitidas, o passo seguinte, e dos mais importantes, consistiu no estudo das suas implicações, isto é, dos efeitos discursivos. Quais são, por exemplo, as consequências de se assumir uma trajectória pessoal baseada na existência de competências pessoais particulares, ou pelo contrário na existência de conflitos, negociações, reflexões pessoais face a contradições ou aprendizagens contínuas? As implicações, ou os efeitos discursivos baseiam-se essencialmente na tentativa de interpretação a questões deste tipo.

Seguidamente apresentaram-se para cada um dos grandes temas abordados os extractos que pareciam identificar e clarificar o significado e consequências atribuídas à utilização ou ao recurso a cada discurso particular. A apresentação de peças de texto (em alguns casos extensas) pereceu-nos uma forma mais clara para a apresentação da interpretação efectuada, já que em si mesmos, os próprios extractos representam a informação ou o conteúdo do que nos pareceu caracterizar cada discurso. Quando nos extractos surgem palavras ou frases a *bold*, pretende-se reforçar ou orientar mais facilmente a leitura para a interpretação realizada.

Depois de analisadas as transcrições dessas entrevistas foram identificados diferentes Discursos. Para efeitos de exemplo, apresenta-se aqui algumas das interpretações realizadas para a identificação apenas de um Discurso, designado por *Discurso Regulador* (essencialmente de base essencialista/individualista), utilizando por base o recurso a pequenos extractos dessas entrevistas. Do ponto de vista da Análise do Discurso é importante analisar os efeitos produzidos pelos Discursos emitidos (Iñiguez & Antaki, 1994; Lombart, 1993,1995). Nesse sentido, apresenta-se uma interpretação do que se considera serem os efeitos sociais mais importantes da acção deste Discurso (Parker, 1989; 1992).

Assim, no que diz respeito à *trajectória pessoal*, uma acção importante e base do *Discurso Regulador (Essencialista/Individualista)* parece ser o não assumir qualquer discriminação.

(E.10)

{...} não, **nunca me senti discriminada!**.

{...} **eu** também **não ligo** para essas coisas, está a perceber?

{...}pronto, **eu** acho que estou... **impermeável** contra essas coisas. {...}**eu** acho que isso faz com que **eu não veja**.

{...}Claro, **eu tenho conhecimento de problemas de discriminação**, que eles existem, efectivamente, **existem**.”

(E.5)

{...}**eu nunca me senti discriminada**, (...) embora...

{...}**embora**, volte a referir que **para não ser discriminada na carreira**, eu tenho que ser **mais cumpridora e mais zelosa** do que muitos homens.

(E.2)

{...}**eu** acho que é absolutamente **igual**,

{...} **pondo unicamente de parte... a parte da família**, digamos.

{...}**Eu sou divorciada, eles são todos casados**.

(E.17)

{...}efectivamente, não fui... **não fui prejudicada**, na carreira...

{...}pois é evidente que **eu tive que trabalhar mais do que muitos deles**...

(E.2)

{...}Eles já sabem que comigo... **eu não vou a baixo**, percebe?

{...}eles podem ter facilidade, ou **podem tentar fazer o mesmo com outras mulheres, mas não fazem comigo**...

{...}falam da mulher em geral, depois olham para mim, depois riem-se muito, eu rio-me com eles, porque **eles já sabem que para mim aquilo não... não é aplicado**. Aliás, por isso é que o dizem com tanto à vontade.

{...}Até brincamos com isso, porque eles sabem que **não me atingem**

Na perspectiva que aqui de adopta, esta negação implica que do ponto de vista discursivo não se assume a consciência desse “facto” e por isso não se tem necessidade de agir perante ele. Assumindo a perspectiva de Foucault de que a consciência da acção do poder implica resistência, pode-se interpretar a negação da existência de discriminação, como uma negação da necessidade de resistência. Daí a possibilidade de passividade face à ideologia dominante. Assim, o efeito mais óbvio deste Discurso poderá ser a reprodução da ideologia dominante. Como a ordem social não é questionada, assiste-se ao assumir de uma natureza feminina e masculina fixas e distintas e de uma política individualista baseada nas competências. Nesta perspectiva, as mulheres acedem ao poder porque possuem competências, ou traços de personalidade, ou comportamentos adequados. Não é necessária qualquer tipo de estratégia, nem intenção de intervenção. Não há resistência à norma social dominante.

Este Discurso fornece mulheres modelo, como super-mulheres, mulheres “únicas” e lutadoras, cujas competências pessoais e luta pessoal possibilitou o acesso a esses cargos. Apesar de não se questionar que possivelmente esse

Discurso é por elas assumido e usado para explicação do seu sucesso, do ponto de vista da mudança social e de uma sociedade igualitária ele não questiona a ideologia e o sistema, o que não possibilita o encetar de qualquer mudança social.

Do ponto de vista dos efeitos discursivos relativos à *relação com a família* o Discurso *Regulador (Essencialista/Individualista)* não questiona a ordem social, isto é, o lugar das mulheres como prioritariamente associado à família. Antes pelo contrário, acentua esse Discurso.

(E.4)

{...}eu tenho dito que **a minha vida tem sido fácil**, e, portanto, **profissionalmente não tenho tido dificuldades pelo facto de ser mulher**,

{...} mas eu tenho **sofrido muito**, tenho trabalhado muito

{...}tenho feito um **esforço enorme** para conciliar a minha vida profissional com o aspecto social.

{...} tem sido extremamente, **extremamente difícil**. E aí sim! aí, nesse aspecto tenho sofrido e não tem sido fácil, repito.

{...}quase **sobre-humano**(ESFORÇO) tentar conciliar isso...

{...}não sei se é vaidade, **é capaz de ser vaidade**, mas eu tenho dias em que me sinto um **super-ser**, **eu sinto-me um super-ser**, às vezes.

{...}**não é propriamente os outros aspectos que as mulheres referem de terem de trabalhar mais, não, isso trabalhar mais é natural para mim, agora, está a ver, tentar conciliar estas duas situações, às vezes é que é doloroso...**"

{...}o que me faz importante, de facto, é eu conseguir ser mãe, ser dona de casa, **não me ter divorciado ainda**, que eu acho que é extremamente importante, porque quantas mulheres com a minha posição têm que se divorciar, a maioria são divorciadas.

{...}Eu acho que **esse esforço contínuo é que me faz sentir importante**, e de alguma maneira realizada, se me perguntar se eu me tenho realizado, eu acho que sim.

{...}**Eu sinto-me realizada**

(E.8)

{...}sou casada com um **homem extraordinário**, nós damos- nos muito bem.

{...}**quem tratou dos meninos com sarampo fui eu**,

{...}**quem tratou das rubéolas fui eu**,

{...} quem mudou as fraldas **fui eu**, quer dizer,

{...} a carga na mulher é muito maior!

{...}eu acho que nós damo -nos invulgarmente bem...não é por acaso!...acho que não é por acaso!

{...}acho que **eu faço um esforço diário**, nesse sentido, e ele também! são coisas que se conquistam. Nós estamos casados há (...)anos e digamos que é uma conquista de (...) vezes 356 dias!

{...} realmente, temos feito um esforço, os dois, nesse sentido,

{...}e o esforço é, não é sempre igual...**não é sempre igual...**"

O facto de serem mulheres com carreiras muito exigentes e ao mesmo tempo assumirem, sem questionamento, o seu posicionamento familiar, torna-as quer modelos tradicionais (do ponto de vista do papel da mulher), quer modelos do tipo super-mulheres. Este último tipo de “modelo” que assume a necessidade de muito sofrimento e muita competência para satisfazer as duas vertentes da vida, a profissional e a pessoal, pode ser um modelo pouco sedutor para uma grande

maioria de mulheres: quer pela acentuação do “sofrimento” e dos custos envolvidos, quer pela carga hipervalorizada da competência pessoal. Este Discurso parece construir a subjectividade das mulheres sem resistência às normas sociais vigentes, com a adesão indiscutível ao papel tradicional de responsabilidade pela esfera familiar. Ao manter a ideologia dominante, acentua essencialmente o individualismo, o que pode acabar por restringir de forma eficaz as aspirações de muitas mulheres a postos onde podem exercer poder.

No que diz respeito aos efeitos discursivos relativos às *percepções sobre a liderança*, no Discurso *Regulador (Essencialista/Individualista)* as mulheres assumem-se como “naturalmente” diferentes dos homens, com características que as diferenciam no sentido positivo; frequentemente assumem uma complementaridade de comportamentos e atitudes, necessárias, porque humanizam os contextos. Sugerem a ideia de que a esfera afectiva (associada à família) não se dissocia das suas subjectividades, levando inclusive para a profissão essa componente. Os extractos abaixo apresentados podem ilustrar melhor esta nossa interpretação

(E.10)

{...}No tratamento com as pessoas, ela tem uma maneira de estar totalmente diferente  
{...} e depois, quando ela quer puxar pela sua veia de **sensibilidade**  
{...}E o homem é muito **frio**, nessas coisas, não tem **essa percepção**, essa **sensibilidade**.  
{...}**sou uma pessoa extremamente sensível** para as questões alheias, **confio** nas pessoas, mas, também quando deixo de confiar...sou complicada  
{...}eu acho que é mais fácil que uma mulher diga aquilo que sente; logo à partida ela reage muito **mais com o coração do que com a cabeça**.. o homem não.

(E.15)

{...}nestas funções que exerço tudo é feito com a **máxima radicalidade**,  
{...}no sentido da **máxima pureza**, portanto, eu parto para a decisão **abrindo-me** a todos os argumentos, aos contrários e àqueles que mais rejeito, até, em termos de sensibilidade, e aos outros, e com a máxima ingenuidade...”  
{...}**a abordagem feminina**, neste tipo de coisas... **é mais emotiva**. é mais emotiva, **mais apaixonada**.

(E.2)

“(...)hoje em dia, eu acho que **sabe bem** entrar num escritório qualquer, de uma empresa qualquer e ver um número igual, ir para uma reunião e **ver mulheres à volta da mesa**, e não digo, propriamente, os homens nas secretárias, (...), mas mulheres à volta da mesa! depois, eu acho que **nós completamos**, um bocadinho, com o nosso bom senso... certas coisas que eles não vêm  
{...}.. às vezes, sou muito útil aí.

(E.4)

{...}**as mulheres-chefe são mais sensíveis que os homens**, eu penso que sim, aliás, eu atribuo um pouco, também o êxito da minha carreira ao facto de ser mulher, neste aspecto. Eu acho que as mulheres têm mais capacidade (...) porque as mulheres **não são tão rígidas, tão drásticas e**

**perante uma situação de impacto ou de confronto, a mulher consegue negociar** e consegue chegar ao objectivo duma maneira menos **agressiva** e **menos ríspida**, essa **ternura**, **essa flexibilidade**, **essa atenção**, **a sensibilidade...um sentido mais humanístico**, principalmente **mais flexível**

{...}**a capacidade de esperar**, por exemplo, também é outra característica que eu acho que as mulheres têm que os homens não têm, essa capacidade de esperar.

(E.8)

{...}a sensibilidade feminina... é muito importante!

{...}nós temos uma sensibilidade... o homem tende a ser simplista

{...}eu penso que as mulheres **estão muito mal aproveitadas**, na nossa sociedade, no dia em que a mulher tiver um papel diferente, e que tudo puder ser organizado mais na base da mulher, **tudo será mais humanizado!**"

Concluindo, e tentando fazer um apanhado de todas as ideias atrás enunciadas, pode-se dizer que no *Discurso Regulador (Essencialista Individualista)* as mulheres reproduzem um Discurso onde mulher e homem são construídos como entidades separadas por essências específicas. Sugerem atribuições fixas de qualidades e essências que não são delimitadas nem contextualizadas, mas gerais e estáticas com respeito ao outro género. Referem muito obrigações internas, expressões gerais de emoções, atributos essencialmente femininos, uma centração na acção individual face ao êxito. Defendem a igualdade da mulher e do homem na esfera pública, mas diferenciam-se no plano privado. Utilizam o Discurso na primeira pessoa e negam quase sempre a hipótese de terem sido discriminadas. Não assumem discriminação pessoal na profissão, mas referem sempre a sobrecarga de papéis com que têm que lidar. Não questionam explicitamente o significado dessa aparente contradição. Assumem culpas, conflitos e expressão geral de emoções. Sugerem que a obtenção de cargos com poder depende, essencialmente, dos atributos pessoais, e valorizam a "mulher", como um ser que luta incansavelmente e com muito sofrimento e sofre frustrações para conseguir abarcar as duas esferas da vida a pública e a privada, referindo que com isto alcançam a completa realização. São ou as super-mulheres, ou as que consideram apenas a escolha de uma esfera. Poderemos dizer que, como o sujeito discursivo não intervém na ordem estabelecida, apenas se limita a copiar algo pré-estabelecido, não se supõe redefinição das categorias homem e mulher.

Sendo um Discurso que não critica o Discurso dominante acaba por o reproduzir. Implica, por isso, um posicionamento individualista, centrado em

competências e nas “personalidades”. Como assumem que com “elas” é diferente, logo é possível ser diferente se as pessoas fizerem trabalho individual, não sendo por isso necessário mudar a ordem estabelecida. Ao negarem a discriminação, negam as relações de poder, ficando o poder, deste modo, como que mascarado.

### **As consequências ético/políticas da análise do discurso**

Devido ao nosso próprio posicionamento, nesta conclusão apresentaremos essencialmente algumas considerações associadas à Análise Crítica do Discurso. Segundo Burman e Parker (1993) pode-se considerar que a pesquisa da Análise do Discurso trouxe pelo menos três contribuições úteis que é importante salientar. Em primeiro lugar, a Análise do Discurso incorporou na psicologia o trabalho de Michel Foucault (1972; 1979), permitindo que as ideias deste autor servissem para uma descrição crítica da função da própria disciplina (poder disciplinar). Do ponto de vista de uma desconstrução da psicologia, Rose (1990) realiza a desconstrução da psicologia social, mostrando como os seus conceitos e práticas podem ser vistos como parte de um fenómeno geral de emergência do indivíduo tal como ele é entendido nas sociedades ocidentais.

Em segundo lugar, a Análise do Discurso chamou a atenção para a forma como as descrições psicológicas operam de forma a chamar a atenção para determinadas suposições. Permitiu desafiar o estatuto de “verdade” que a disciplina promove. Em terceiro lugar, introduziu a problemática da reflexividade, agora entendida como inerente à própria teoria e pesquisa psicológica, ou seja, a avaliação crítica e pública dos processos e dos recursos interpretativos. Uma atenção ao Discurso facilitou, portanto, uma descrição histórica do conhecimento psicológico (a forma como a psicologia está construída na cultura), uma crítica à prática psicológica desafiando as suas proclamações de verdade e uma transformação nas perspectivas metodológicas.

A popularidade da Análise do Discurso também lhe advém da possibilidade dos seus utensílios de pesquisa poderem ser usados para moldar uma prática política. A Análise do Discurso é usada para comentar os processos sociais que participam na manutenção das estruturas de opressão. Na psicologia esta abordagem tem sido utilizada, por exemplo, para trabalhar o Discurso racista (Potter & Wetherell, 1992), as práticas da maternidade (Llombart, 1995), e todas

as questões associadas ao feminismo (Wilkinson & Kitzinger, 1995). Além disso, a Análise do Discurso ao permitir um aprofundamento da compreensão das estratégias discursivas que moldam as formas distintas de construção do meio social, ao colocá-lo abertamente sob crítica, acaba por facilitar os processos de transformação, não os reproduzindo (Nogueira, 2001, no prelo).

É cada vez mais necessária a introdução da dimensão política numa disciplina que, como a psicologia social, deve responder ao pedido de relevância que provém dos sectores afectados pelas contradições existentes na ordem social (Gill, 1995; Llobart, 1995). Não sendo a única via, a Análise do Discurso pode servir este objectivo. A Análise do Discurso ao permitir um aprofundamento da compreensão das estratégias discursivas que moldam as formas distintas de construção do meio social, ao colocá-las abertamente sob crítica, acaba por facilitar os processos de transformação não os reproduzindo. Esta forma de análise de Discurso preocupa-se com a aplicação e tenta promover estratégias de resistência. A Análise de Discurso serve não só como crítica social mas, igualmente, como meio de promoção da mudança social. Enquanto uns autores se abstêm de dar indicações concretas quanto a formas de intervenção (Burman, *et al.*, 1996, cit. por Willig, 1999) outros clarificam formas de intervenção (Parker 1997), embora deixem claro que estas são sempre provisórias e tácticas. Neste sentido, os Discursos não são bons nem maus para os grupos dominados e dependem dos efeitos que provocam na emancipação dos grupos dominados ou, pelo contrário, na sua opressão. Procura, não só demonstrar como a linguagem é usada para manter relações desiguais de poder, mas também procura dar pistas para uma mudança positiva das práticas sociais e institucionais.

Tendo presente que, a nível da análise discursiva, não existem critérios definidos de correspondência para decidir ou potenciar umas versões interpretativas sobre outras, isto origina um posicionamento difícil para o investigador: não permite uma resposta fácil quando se pergunta qual é a melhor interpretação e especialmente qual a linha de acção a seguir depois da análise. No entanto, é possível assumir uma determinada interpretação (baseada não num nível metodológico, mas pragmático), se se valorizar o potencial transformador da ordem social dominante que essa interpretação acarretará. Este critério, que

depende do analista, permite assumir algumas escolhas, entre versões produzidas sobre a realidade social, não tanto em função da adequação do método utilizado mas sim no que diz respeito às implicações derivantes da análise. Avaliar os efeitos de um determinado Discurso (de entre uma pluralidade de efeitos possíveis), constitui uma responsabilidade ético-política. Esta posição pode apenas ser exercida se se tiver um compromisso de crítica face à ordem social dominante e não apenas numa crítica meramente metodológica. Discutir interminavelmente como se faz uma análise, o que é um Discurso, qual a sua validade, etc., pode, em muitos casos, mascarar relações de poder que constringem determinadas produções discursivas. Enfatizar as discussões e argumentações meramente metodológicas sem um mínimo de crítica social, como sendo prioritárias face a determinado estudo, ou análise, resulta na diminuição da possível repercussão pragmática dessa análise (Llombart, 1995). Desse modo assegura-se que a ordem social estabelecida é sempre mantida sem questionamento. É precisamente contra este posicionamento que a Análise do Discurso se pretende assumir.

### Referências

- Augoustinos, M. & Walker, I. (1995). *Social cognition. An Integrated Introduction*. London: Sage Publications.
- Azevedo, J. (1995). *Systemic-constructivist theory and the couple: theoretical and methodological study*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Cardiff
- Bitti, P. R. & Zani, B. (1993). *A comunicação como processo social*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Bordo, S. (1990) Feminism, postmodernism and gender-scepticism. In L. Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Bordo, S. (1992). Review Essay: Postmodern subjects, postmodern bodies. *Feminist Studies*, 18, 1, 159-175.
- Burman E. & Parker, I. (1993). *Discourse Analytic Research*. New York: Routledge.
- Burr, V. (1995). *An introduction to Social Constructionism*. London: Routledge.
- Chomsky, N. (1975). *Reflexões sobre a linguagem*. Lisboa: Edições Estampa.
- Collin, F. (1991). Diferença e diferendo. A questão das mulheres na filosofia. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres. O século XX*. Porto: Edições Afrontamento.
- Coulthard, M. (1977). *An Introduction to Discourse Analysis*. London: Longman.
- Denzin, N & Lincoln, Y.(1998). Introduction: Entering the field of qualitative research. In N. Denzin & Y. Denzin (Eds.), *The landscape of Quyalitative Research-Theories and issues*. London: Sage Publications.



- Di Stefano, C. (1990). Dilemmas of difference: Feminism, modernity and postmodernism. In L. Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Flax, J. (1990). *Thinking fragments: Psychoanalysis, feminism and Postmodernism in the Contemporary West*. Berkeley: University of California Press.
- Foucault, M. (1972). *The Archaeology of Knowledge*. London: Tavistock.
- Foucault, M. (1979). *The History of sexuality*. London: Allen Lane.
- Fraser, N. & Nicholson, N. (1990). Social criticism without philosophy: An encounter between feminism and Postmodernism. In L. Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Gergen, K. J. (1973). Social Psychology as history. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, 309-330.
- Gergen, K. J. (1982). *Toward transformation in social knowledge*. London: Sage Publications.
- Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275.
- Gill, R. (1995). Relativism, reflexivity and politics: Interrogating discourse analysis from a feminist perspective. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse: Psychological perspectives*. London: Sage Publications.
- Haraway, D. (1990). "A manifesto for Cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980. In L. J. Nicholson (Ed.), *Feminism/postmodernism*. London: Routledge.
- Harré, R. (1979). *Social Being. A theory for social psychology*. Oxford: Basil Blackwell.
- Harré, R. (1983). *Personal Being: A theory for Individual Psychology*. Oxford: Basil Blackwell.
- Hollway, W. (1984). Gender difference and the production of subjectivity. In J. Henriques, W. Hollway, C. Urwin, C. Venn & V. Walkerdine (Eds.), *Changing the subject: Psychology, social regulation and subjectivity*. London: Methuen.
- Howarth, D. (2000). *Discourse*. Buckingham: Open University Press
- Iñiguez, L & Antaki, C. (1994). El análisis del discurso en psicología social. *Boletín de psicología*, 44, 57-75.
- Kitzinger, C. (1989). The regulation of lesbian identities: Liberal humanism as an ideology of social control. In J. Shotter & K. J. Gergen (Eds.), *Texts of Identity*. London: Sage Publications.
- Kitzinger, C. (1990). The rhetoric of pseudoscience. In I. Parker & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing Social Psychology*. London: Routledge.
- Kvale, S. (1992). *Psychology and postmodernism*. London: Sage Publications.
- Llombart, M. (1993). Mujer, relaciones de género y discurso. *Revista de Psicología Social*, 8 (2), 201-215.
- Llombart, M. (1995). Discurso, orden social y relaciones de poder: una propuesta y su ejemplificación en el discurso sobre la maternidad. *Revista de psicología Social Aplicada*, 5, (1/2), 165-184.
- Liotard, J. F. (1989). *A Condição Pós-moderna*. Viseu: Gradiva.

- Marshall, B. L. (1994). *Engendering Modernity. feminism, social theory and social change*. Cambridge: Polity Press.
- Morrow, R. A. (1994). *Critical theory and methodology*. London: Sage Publications.
- Nicholson, L. (1990). *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Nogueira C. (1997). *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectiva Feminista Crítica na Psicologia Social*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Universidade do Minho.
- Nogueira C. (2001). Construcionismo social, análise do discurso e género. *Psicologia* (no prelo).
- Osmond, M. W. (1987). Radical- Critical theories. In M. B. Sussman & S. K. Steinmetz (Eds.), *Handbook of Marriage and the family*. New York: Plenum Press.
- Parker I. (1997). Discursive Psychology. In D. Fox & I. Prilleltensky (Eds), *Critical Psychology: An Introduction*. London: Sage Publications.
- Parker, I. (1999). Varieties of discourse and analysis. In Ian Parker and the Bolton Discourse Network (Eds.), *Critical textwork: An introduction to varieties of discourse and analysis*. Buckingham: Open University Press.
- Parker, I. (1992). *Discourse Dynamics: Critical Analysis for social and individual psychology*. London: Routledge.
- Parker, I. (1989). Discourse and power. In J. Shotter & K. J. Gergen (Eds.), *Texts of Identity*. London: Sage Publications.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1987). *Discourse and Social Psychology*. London: Sage Publications.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1992). *Mapping the Language of Racism. Discourse and legitimation of exploitation*. London: Harvester Wheatsheap.
- Riger, S. (1992). Epistemological debates, feminist voices: Science, social values, and the study of women. *American Psychologist*, 47 (6), 730-740.
- Rose, N. (1990). Psychology as a “social” science. In I. Parker & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing Social Psychology*. London: Routledge.
- Rosenau, P. M. (1992). *Post-modernism and the social sciences. Insights, inroads and intrusions*. New Jersey: Princeton University Press.
- Saavedra L. (2001). *Vozes de sucesso. Vozes (silenciadas) de fracasso. Género e classe social na escola*. Dissertação de Doutoramento, entregue, ainda não defendida. Braga: Universidade do Minho.
- Shotter, J. (1975). *Images of Man in Psychological Theory*. London: Methuen.
- Shotter, J. (1984). *Accountability and selfhood*. Oxford: Basil Blackwell.
- Shotter, J. (1989). Social accountability and the social construction of “you”. In J. Shotter & K. J. Gergen (Eds.), *Texts of identity*. London: Sage Publications.
- Smart, B. (1993). *A pós-modernidade*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Staiton Rogers, W. (1998, July) *Not just doing DA, but doing something with it*. Paper presented to the seminar on “Discourse practice: Qualitative Developments in psychological Research”. Bolton: England.
- Taylor, S. (2001). Evaluating and applying Discourse Analytic research. In M. Wetherell, S. Taylor & J. S. Yates (Eds), *Discourse as Data* (pp. 311-330). London: Sage Publications.
- Villegas, M. (1992). Analisis del discurso terapêutico. *Revista de Psicoterapia*, 10/11, 23-66.

- Wetherell, M. (2001). Debates in Discourse research. In M. Wetherell, S. Taylor & J. S. Yates (Eds.), *Discourse Theory and Practice* (pp.380-399). London: Sage Publications.
- Wetherell, M., Taylor, S. & Yates, J. S. (2001a). *Discourse as Data* London: Sage Publications.
- Wetherell, M., Taylor, S. & Yates, J. S. (2001). *Discourse Theory and Practice*. London: Sage Publications.
- Willig, C. (1999). *Applied discourse analysis: Social and psychological interventions*. Buckingham: Open University Press.
- Wilkinson S. & Kitzinger, C. (1995). *Feminism and discourse: Psychological perspectives*. London: Sage Publications.
- Wood, L. A. & Kroeger, R. O. (2000). *Doing discourse analysis: Methods for studying action in talk and text*. London: Sage Publications.